NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, REFERENTES AOS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais, exceto valores por ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Log-In Logística Intermodal S.A. (doravante Log-In ou Companhia), está registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) e é sediada na cidade do Rio de Janeiro. Seus principais acionistas estão relacionados na nota explicativa n° 16. A Companhia tem por objeto social principal explorar, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio de serviços marítimo de longo curso; cabotagem e fluvial no transporte de cargas em geral; operar terminais terrestres e portuários, inclusive navegação de apoio portuário; exercer atividades de armazenagem e comercialização de serviços de logística e de mercadorias e administração de embarcações; prestar serviços de transporte rodoviário; e exercer atividades complementares correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades, quando necessárias ou convenientes aos interesses sociais.

A Companhia poderá também exercer atividades de comércio, representação, serviços de reparo naval, importação, exportação, armazenagem, e todo tipo de atos de comércio e intermediação em geral, na compra, venda e permuta de bens, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes às suas atividades e das sociedades nas quais participe.

A Companhia possui quatro navios próprios em operação e mais cinco navios em construção junto a estaleiro brasileiro, conforme nota 12, além de investimentos em participações societárias.

A Companhia detém o controle acionário do Terminal de Vila Velha S.A. – TVV, o qual possui o contrato de concessão dos berços 203, 204 e 205 do Cais de Capuaba no porto de Vitória – ES para a exploração portuária, por um período de 25 anos, iniciado em 10 de setembro de 1998, que poderá ser prorrogado, de comum acordo, por prazo igual ao originalmente contratado.

No decorrer do segundo trimestre, a Companhia alienou o investimento que detinha sobre o PSC terminais intermodais Ltda.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis intermediárias aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da

administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo (nota 5). Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas ("Condolidado") foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 — Interim Financial Reporting, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(b) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis intermediárias individuais ("Controladora") foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) "Demonstração Intermediária". A Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em conjunto.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas e individuais são não auditadas e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

A Companhia avaliou os eventos subseqüentes até 06 de novembro de 2012, que é a data da aprovação, pelo Conselho de Administração, dessas demonstrações contábeis intermediárias.

2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Nas controladas o controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas coligadas a controladora possui influência significativa, mas sem exercer controle individual ou conjunto sobre suas políticas financeiras e operacionais.

Nas demonstrações contábeis intermediárias individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando aplicável, as demonstrações contábeis individuais das controladas são ajustadas para adequar suas diretrizes contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Em resumo, os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As demonstrações financeiras em moeda estrangeira são convertidas para Reais (moeda funcional da controladora e de apresentação) para fins de equivalência patrimonial e consolidação e as práticas contábeis são as mesmas da controladora.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Representam saldos bancários, caixa de bordo de embarcações e aplicações financeiras com prazo inferior a 90 dias a contar da data da contratação e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor, e com liquidez imediata, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que se aproxima do seu valor justo.

2.4 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. As contas a receber são reconhecidas pelo valor faturado, registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD") para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

2.5 Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais e de credores por adiantamento

Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais representam os valores a receber decorrentes dos adiantamentos e encontros de contas, no atendimento das embarcações e do modal rodoviário em operação pela Companhia, para posterior liquidação, através da apresentação dos boletins de custeios e de prestações de contas. Credores por adiantamento representam os valores recebidos pela Companhia, pagos pelos clientes por força contratual, a título de antecipação de serviços de transportes ainda não realizados. São incluídos também nessa rubrica os adiantamentos efetuados a agentes relativos à prestação de serviços portuários e rodoviários da Companhia.

2.6 Estoques

Os estoques representam os combustíveis a bordo das embarcações e materiais de consumo aplicado na prestação das atividades operacionais do Grupo. São avaliados pelo custo médio de aquisição, que não ultrapassa o seu valor líquido realizável.

2.7 Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção (vide nota 2.9), e deduzido das depreciações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável (impairment) acumulada quando necessária. As depreciações são calculadas pelo método linear e levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente depreciado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente, quando aplicável.

Os ativos adquiridos via arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

2.8 Intangível

No ativo intangível são classificados os gastos com aquisição de softwares e marcas e patentes registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As concessões de serviço público, decorrente do contrato de exploração portuária da controlada TVV (e da PSC alienada no decorrer do segundo trimestre de 2012) são registradas como intangível. As amortizações são reconhecidas pelo método linear no resultado baseando-se no prazo de concessão conforme estipulado em contrato.

2.9 Capitalização de encargos referente a financiamentos para construção de embarcações

Os encargos relativos aos financiamentos para construção de embarcações são capitalizados durante o período de construção das respectivas embarcações e em conformidade com as diretrizes do CPC 20 e IAS 23. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso operacional.

2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação na apuração do lucro tributável, bem como os decorrentes de apuração de prejuízo fiscal e contribuição social de base negativa.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo classificado no ativo não circulante são avaliados periodicamente pela Administração da Companhia quanto a sua realização em decorrência dos lucros tributáveis futuros esperados em bases orçamentárias.

2.11 Contas a pagar de fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia.

2.12 Provisões operacionais

As provisões referem-se às estimativas de gastos operacionais e são compostas basicamente por provisões para custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, bem como para gastos extraordinários com desmobilização de ativos.

2.13 Plano complementar de aposentadoria – Plano misto benefício VALE MAIS

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, adiante, a Companhia proporciona a seus empregados benefícios que englobam plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA.

2.14 Remuneração com base em ações da Companhia

O plano de remuneração baseado em ações para empregados da Companhia é mensurado periodicamente pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio. O prêmio é pago em dinheiro, ao final de três anos, quando atingido alguns critérios e metas, de acordo com o referido plano. As obrigações do plano são registradas no passivo não circulante em contrapartida ao resultado.

2.15 Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM

O benefício do AFRMM aplicável às empresas de navegação marítima encontra-se descrito na nota nº 4. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia.

Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na legislação específica, sendo confrontados com os custos e despesas correspondentes à geração do incentivo.

2.16 Instrumentos financeiros

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e de partes relacionadas, depósitos judiciais e demais contas a receber.

2.17 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos com operações de *hedge de bunker* e *swap* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do período, conforme reportado na nota explicativa nº 21 ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro imediatamente.

2.18 Receitas com prestação de serviços intermodais

As receitas com prestações de serviços intermodais são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos aos clientes compradores e outras deduções, quando aplicável, e reconhecidas no resultado em conformidade com a respectiva prestação de serviços. As receitas provenientes de transporte marítimo de carga geral (graneleiro) são reconhecidas no resultado quando do encerramento de cada viagem, bem como os custos correspondentes.

2.19 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais (aluguel de embarcações a casco nu) e, nesse caso, os bens não são ativados. A despesa de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

2.20 Informações por segmento

A atividade empresarial (segmento) da Companhia é centrada em logística intermodal.

Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes (solução de transporte porta-a-porta), a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminais terrestres, terminais portuários e armazenagem.

Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes. A Administração da Companhia tem como base para tomada de decisões a intermodalidade dos seus serviços, considerando como um único segmento.

2.21 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado.

2.22 Normas, alterações e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia elaborou suas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias de acordo com o CPC21 (correlato ao IAS 34) com base nos pronunciamentos, interpretações e orientações já emitidos pelo CPC e referendados pela CVM. Os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo IASB, e ainda não emitidos pelo CPC e referendados pela CVM, não serão aplicados antecipadamente pela Companhia.

O IASB emitiu, em junho de 2012, um documento com alterações aos IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, ainda sem correlatos emitidos pelo CPC. Assim como os pronunciamentos, as alterações propostas são requeridas para os períodos contábeis posteriores a 1 de janeiro de 2013. A Companhia está estudando os futuros impactos dessa alteração e não espera mudanças significativas nas demonstrações contábeis.

O IASB emitiu, em maio de 2012, um documento com atualizações de melhorias para: IFRS 1 – Primeira adoção dos IFRS; IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; IAS 16 – Ativo Imobilizado; IAS 32 – Instrumentos Financeiros – Apresentação; e IAS 34 – Demonstrações Contábeis Intermediárias. As alterações propostas são requeridas para os períodos contábeis posteriores a 1 de janeiro de 2013. A Companhia está estudando os futuros impactos dessa alteração e não espera mudanças significativas nas demonstrações contábeis.

O CPC emitiu, em agosto de 2012, um documento com alterações ao CPC 40, correlato ao IFRS 7. As alterações propostas são requeridas para os exercícios iniciados em 1º de

janeiro de 2012. A Companhia já está aplicando as alterações, que não geram mudanças significativas nas demonstrações contábeis.

O CPC emitiu, em agosto de 2012, um documento com alterações ao ICPC 08, sem correlato no IFRS. As alterações propostas são requeridas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2012. A Companhia já está aplicando as alterações, que não geram mudanças significativas nas demonstrações contábeis.

2.23 Mudança de prática contábil e reclassificações das cifras comparativas

Em 2012, a Companhia passou a reconhecer o benefício do AFRMM no resultado na medida em que cumulativamente ocorre a aplicação pela Companhia e registro pelo Fundo da Marinha Mercante desses recursos. Esses valores são confrontados com os custos e despesas correspondentes a geração do benefício, que até 31 de dezembro de 2011 era diferido na proporção da vida útil dos navios construídos pela Companhia (vide nota 4). Adicionalmente, foram efetuadas reclassificações de valores para uma melhor comparabilidade das cifras das demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2012, conforme quadro abaixo:

			Consolidado		(Controladora
	31.12.2011		31.12.2011	31.12.2011		31.12.2011
	Saldo apresentado		Saldo atual	Saldo apresentado		Saldo atual
Contas	orginalmente	Reclassificações	apresentado	orginalmente	Reclassificações	apresentado
ATIVO						
Circulante:						
Partes relacionadas (i)	8.428	(972)	7.456	8.632	(972)	7.660
Não Circulante:						
Partes relacionadas (ii)	2.482	(2.482)	-	12.256	(2.482)	9.774
Imposto de renda e contribuição social diferidos (v)	109.052	(10.948)	98.104	104.421	(10.948)	93.473
Fundo da Marinha Mercante-AFMMM a						
liberar (iii)	-	112.968	112.968	-	112.968	112.968
Imobilizado, líquido (iv)	1.068.984	16.800	1.085.784	811.941	16.800	828.741
Total Reclassificações Ativo		99.698			99.698	
PASSIVO						
Circulante:						
Outros (i)	776	1.350	2.126	255	1.350	1.605
Passivo Não Circulante:						
Fundo da Marinha Mercante-AFMMM a						
aplicar (iii)	15.668	97.300	112.968	15.668	97.300	112.968
Provisões operacionais (iv)	32.245	11.996	44.241	32.245	11.996	44.241
AFRMM aplicado na construção de						
embarcações (v)	32.199	(32.199)	-	32.199	(32.199)	-
Patrimònio líquido:						
Reservas de lucros (v)	58.294	21.251	79.545	58.294	21.251	79.545
Total Reclassificações Passivo		99.698			99.698	

Observações:

- i) O valor de (R\$972) compõe-se de R\$1.350 referente participação da Companhia no passivo a descoberto da coligada Log.Star transferido para a rubrica "Outros" no passivo circulante, reduzido de (R\$2.322) referente provisão para perdas de recebíveis da Log.Star transferido de provisões operacionais do passivo não circulante.
- (ii) O valor de (R\$2.482) refere-se a provisão para perdas de recebíveis de mútuo junto à Log.Star transferido de provisões operacionais do passivo não circulante.
- (iii) O valor de R\$97.300 refere-se ao montante de recursos de AFRMM registrados no FMM a serem aplicados pela Companhia.

- (iv) O valor de R\$11.996 compõe-se de R\$16.800 referente a provisões para gastos com devolução de embarcações transferido do imobilizado para provisões operacionais no passivo não circulante menos os valores de R\$2.322 e de R\$2.482 transferidos desta rubrica para as contas de partes relacionadas no ativo circulante e não circulante, conforme itens anteriores.
- (v) O valor de R\$21.251 refere-se ao AFRMM liberado e aplicado em exercícios anteriores transferido para reservas de lucros, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$10.948, registrados na rubrica Imposto de renda e contribuição social diferidos. Esse efeito foi decorrente da mudança de prática contábil mencionada acima.

Não há efeito na demonstração do resultado de período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 decorrente dessas reclassificações e mudança de prática contábil.

3. JULGAMENTOS CRÍTICOS NA APLICAÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório:

3.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.7, o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o período corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas, das perspectivas de suas operacionalidades normais e da manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada, que é de vinte anos.

3.2 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é efetuada pela Administração, suportada pelo julgamento dos seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda e, se houver essa avaliação, será feita com menor periodicidade, dentro de cada período.

4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS COMPANHIAS DE NAVEGAÇÃO

O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor.

A Companhia recebe integralmente a taxa adicional de 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes via Fundo da Marinha Mercante em função de cada transporte que realiza, esses recursos são restritos e podem ser utilizados, exclusivamente, na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações. As parcelas do AFRMM são registradas em contas específicas do ativo em contra partida do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado.

Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado, à medida em que cumulativamente ocorrem (i) a prestação de serviço de navegação (cabotagem, fluvial e lacustre) executados com embarcação própria ou afretada de registro brasileiro e (ii) os recursos tenham sido aplicados pela Companhia conforme as condições descritas no parágrafo anterior e registrados pelo Fundo da Marinha Mercante. Esses valores são confrontados com os custos e despesas correspondentes à geração do incentivo.

Nos primeiros nove meses de 2012, houve realização no montante de R\$38.552 (R\$2.366 em 30 de setembro de 2011) aplicados pela Companhia na construção, docagem e amortização de financiamentos junto ao FMM, registrados na rubrica "Recursos com AFRMM aplicados" no grupo receitas (despesas) operacionais. Os incentivos gerados que ainda não foram aplicados pela Companhia ou liberados pelo FMM montam R\$83.006 em 30 de setembro de 2012 (R\$112.968 em 31 de dezembro de 2011).

O quadro abaixo apresenta a posição da Companhia referente aos recursos junto AFRMM.

	Consolidado (IAS	34 e CPC 21)	Control	adora (CPC 21)
RECURSOS DO AFRMM	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Classificação nas demonstrações contábeis:				
Ativo Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	25.307	15.668	25.307	15.668
Ativo Não Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	83.006	97.300	83.006	97.300
Passivo Não Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	83.006	112.968	83.006	112.968
	<u> </u>		Consolidado (IA	S 34 e CPC 21)
	Períodos de trê	s meses findo em	Períodos de nov	e meses findo em
Demonstração do resultado:	30.09.2012	30.06.2011	30.09.2012	30.09.2011
Receitas (despesas) operacionais:				
.Recursos com AFRMM aplicados	12.545	2.366	38.552	2.366
			Control	adora (CPC 21)
	Períodos de trê	s meses findo em	Períodos de nov	e meses findo em
Demonstração do resultado:	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Receitas (despesas) operacionais:				
.Recursos com AFRMM aplicados	12.545	2.366	38.552	2.366

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas estabelecidas pela CVM e incluem as demonstrações contábeis da Log-In e de suas controladas, listadas a seguir:

		Capital Social e Votante - %
	30.09.2012	31.12.2011
SOCIEDADES CONTROLADAS		
PSC Terminais Intermodais Ltda.(a)	-	100,00
TVV – Terminal de Vila Velha S.A	99,89	99,89
Log-In International GmbH	100,00	100,00
Lajes Logística S.A.	70,00	70,00
Log-In Mercosur S.R.L.	94,00	94,00
Logística Intermodal Del Uruguay S.ALog-In Uruguay	100,00	100,00

⁽a) Investimento alienado no decorrer do primeiro semestre de 2012, com ganho de R\$1.716 (nota 24).

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- · Das participações no capital, reservas e resultados acumulados;
- · Dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as sociedades cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- Dos efeitos decorrentes das transações significativas e de resultados não realizados entre essas sociedades.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os títulos que compõem a carteira do fundo possuem liquidez diária. Todas as aplicações financeiras podem, a qualquer momento, ser resgatadas antecipadamente, a critério da Companhia, sem perda de principal e juros auferidos até a data do resgate. Todas as aplicações financeiras estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia vem utilizando as disponibilidades para honrar seus compromissos, tais como os investimentos em aumento na capacidade produtiva, entre outros.

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia estão assim compostos:

	<u>Consolidado (IAS</u>	<u> 34 e CPC 21)</u>	Controladora (CPC		
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011	
Caixa e bancos	18.298	13.859	8.596	4.947	
Aplicações vinculadas a CDI	56.264	49.937	46.398	43.070	
	74.562	63.796	54.994	48.017	

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado (IAS	34 e CPC 21)_	Controla	dora (CPC 21)
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Contas a receber de dientes	106.747	92.036	90.413	77.603
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.339)	(11.221)	(9.698)	(8.756)
	94.408	80.815	80.715	68.847

Os valores componentes de contas a receber têm o seguinte prazo de recebimento (aging list):

Aging do contas a receber:

	Consolidado (IA	AS 34 e CPC 21)	Controladora (CPC 21)		
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011	
Valores a vencer	72.801	52.414	65.287	44.382	
Valores vencidos:					
De 0 a 30 dias	15.053	13.543	9.288	11.347	
De 31 a 90 dias	3.889	11.045	3.626	10.350	
De 91 a 180 dias	2.665	3.813	2.514	2.768	
De 181 a 360 dias	3.125	2.035	2.938	2.017	
Acima de 360 dias	9.214	9.186	6.760	6.739	
	106.747	92.036	90.413	77.603	

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia não possui garantias para esses créditos. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes. Com base na experiência histórica da Companhia, classificamos como crédito de liquidação duvidosa principalmente os créditos vencidos há mais de 180 dias.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) teve a seguinte movimentação:

	Consolidado (IAS	Consolidado (IAS 34 e CPC 21)		
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Saldos iniciais	(11.221)	(6.518)	(8.756)	(5.931)
Adições	(3.017)	(5.290)	(2.841)	(3.414)
Baixas em contas a receber	1.899	587	1.899	589
Saldos finais	(12.339)	(11.221)	(9.698)	(8.756)

8. PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas são oriundas de prestação de serviços com empresas controladas e coligada relacionadas na nota explicativa nº 11, praticadas em condições de preços praticados no mercado, bem como com empresa acionista e empresas ligadas a empresas acionistas.

As transações com partes relacionadas são compostas como segue:

VALE S.A. (a) Ailvo Passivo Ailvo Passivo VALE S.A. (a) 1.956 2.552 2.910 Seamar Shipping Corporation (a) 527 - 493 - PSC Terminais Intermodais Ltda. 125 256 - - Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) 275 - 189 - Log-In Uruguay 136 - - - Log-Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 1.217 10 738 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - - - Outras (a) 8.188 5.224 4758 392 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - - - Outras (a) 8.188 5.224 4758 392 - - - - - - - - - - - - - - - -			Cor	nsolidado (IAS	S e CPC 21)
VALE S.A. (a) 1.956 2.552 6.252 2.910 Seamar Shipping Corporation (a) 527 - 493 - PSC Terminais Intermodais Ltda. 125 256 - - Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) 275 - 189 - Log-In Uruguay 136 - - - Log. Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 1.217 10 738 Vale Manganês S/A (a) 305 124 453 395 Urtras (a) 305 124 453 392 Vale Manganês S/A (a) 305 124 453 392 Vale Manganês S/A (a) 305 124 453 392 Vale Manganês S/A (a) 723 30.92.012 31.12.2011 VALE S.A. (a) 723 2.264 2.911 2.625 Seamar Shipping Corporation (a) 527 493 - PSC Terminais Intermod			30.09.2012		31.12.2011
Seamar Shipping Corporation (a) 527 - 493 - PSC Terminais Intermodais Ltda. 125 256 - - Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) 275 - 189 - Log-In Uruguay 136 - <td< td=""><td></td><td>Ativo</td><td>Passivo</td><td>Ativo</td><td>Passivo</td></td<>		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
PSC Terminais Intermodais Ltda. 125 256 - 189 - 180	VALE S.A. (a)	1.956	2.552	6.252	2.910
Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) 275 - 189 - Log-In Uruguay 136 -	Seamar Shipping Corporation (a)	527	-	493	-
Log-In Uruguay 136 - Log-Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 1.217 10 738 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - - - Outras (a) 305 124 453 392 VALE S.A. (a) 8.188 5.224 7.456 4.537 VALE S.A. (a) 723 0.264 2.911 2.625 Seamar Shipping Corporation (a) 527 - 493 - PSC Terminais Intermodais Ltda. (a) 125 256 16 - Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) 209 - 189 - Terminal de Vila Velha S.ATVV (a) e (c) 829 6.978 1.756 17.361 Log-In Uruguay (a) - 9.01 (288) 2.082 2.194 Log-Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 <	PSC Terminais Intermodais Ltda.	125	256	-	-
Log.Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 1.217 10 738 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - - Outras (a) 305 124 453 392 VALE S.A. (a) 8.188 5.224 7.456 4.537 VALE S.A. (a) 723 3.09.2012 31.12.2011 VALE S.A. (a) 723 2.264 2.911 2.625 Seamar Shipping Corporation (a) 527 - 493 - PSC Terminais Intermodais Ltda. (a) 125 256 16 - Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) 209 - 189 - Terminal de Vila Velha S.ATVV (a) e (c) 829 6.978 1.756 17.361 Log-In Mercosur (a) 901 (288) 2.082 2.194 Log-In Uruguay (a) - 10.616 - 9.774 - Log-Star (a) e (c) 3.637 1.075 59	Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a)	275	-	189	-
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 1.217 10 738 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - <t< td=""><td>Log-In Uruguay</td><td>136</td><td>-</td><td></td><td></td></t<>	Log-In Uruguay	136	-		
Vale Manganês S/A (a) 1.217 - <td>Log.Star (a) e (c)</td> <td>3.637</td> <td>1.075</td> <td>59</td> <td>497</td>	Log.Star (a) e (c)	3.637	1.075	59	497
Outras (a) 305 124 453 392 Controlad√x (CPC 21) 8.188 5.224 7.456 4.537 Controlad√x (CPC 21) 30.09.2012 31.12.2011 Ativo Passivo Ativo Passivo VALE S.A. (a) 723 2.264 2.911 2.625 Seamar Shipping Corporation (a) 527 - 493 - PSC Terminais Intermodais Ltda. (a) 125 256 16 - Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) 209 - 189 - Terminal de Vila Velha S.ATVV (a) e (c) 829 6.978 1.756 17.361 Log-In Mercosur (a) 901 (288) 2.082 2.194 Lajes Logística (b) 10.616 - 9.774 - Log-In Uruguay (a) 1 1.212 - 252 Log. Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 10 <td>Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a)</td> <td>10</td> <td>1.217</td> <td>10</td> <td>738</td>	Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a)	10	1.217	10	738
R.188 S.224 7.456 4.537	Vale Manganês S/A (a)	1.217	-	-	-
Controladora (CPC 21) 30.09.2012 31.12.2011 Ativo Passivo Ativo Passivo VALE S.A. (a) 723 2.264 2.911 2.625 Seamar Shipping Corporation (a) 527 - 493 - PSC Terminais Intermodais Ltda. (a) 125 256 16 - Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) 209 - 189 - Terminal de Vila Velha S.ATVV (a) e (c) 829 6.978 1.756 17.361 Log-In Mercosur (a) 901 (288) 2.082 2.194 Lajes Logística (b) 10.616 - 9.774 - Log-In Uruguay (a) - 122 - 252 Log.Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 10 575 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - - - -	Outras (a)			453	
Ativo Passivo Ativo Passivo VALE S.A. (a) 723 2.264 2.911 2.625 Seamar Shipping Corporation (a) 527 - 493 - PSC Terminais Intermodais Ltda. (a) 125 256 16 - Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) 209 - 189 - Terminal de Vila Velha S.ATVV (a) e (c) 829 6.978 1.756 17.361 Log-In Mercosur (a) 901 (288) 2.082 2.194 Lajes Logística (b) 10.616 - 9.774 - Log-In Uruguay (a) - 122 - 252 Log. Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 10 575 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - - -		8.188	5.224	7.456	4.537
Ativo Passivo Ativo Passivo VALE S.A. (a) 723 2.264 2.911 2.625 Seamar Shipping Corporation (a) 527 - 493 - PSC Terminais Intermodais Ltda. (a) 125 256 16 - Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) 209 - 189 - Terminal de Vila Velha S.ATVV (a) e (c) 829 6.978 1.756 17.361 Log-In Mercosur (a) 901 (288) 2.082 2.194 Lajes Logística (b) 10.616 - 9.774 - Log-In Uruguay (a) - 122 - 252 Log. Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 10 575 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - - -					
VALE S.A. (a) Ativo Passivo Ativo Passivo VALE S.A. (a) 723 2.264 2.911 2.625 Seamar Shipping Corporation (a) 527 - 493 - PSC Terminais Intermodais Ltda. (a) 125 256 16 - Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) 209 - 189 - Terminal de Vila Velha S.ATVV (a) e (c) 829 6.978 1.756 17.361 Log-In Mercosur (a) 901 (288) 2.082 2.194 Lajes Logística (b) 10.616 - 9.774 - Log-In Uruguay (a) - 122 - 252 Log. Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 10 575 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - - -				Controlador	a (CPC 21)
VALE S.A. (a) 723 2.264 2.911 2.625 Seamar Shipping Corporation (a) 527 - 493 - PSC Terminais Intermodais Ltda. (a) 125 256 16 - Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) 209 - 189 - Terminal de Vila Velha S.ATVV (a) e (c) 829 6.978 1.756 17.361 Log-In Mercosur (a) 901 (288) 2.082 2.194 Lajes Logística (b) 10.616 - 9.774 - Log-In Uruguay (a) - 122 - 252 Log.Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 10 575 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - - -			30.09.2012		31.12.2011
Seamar Shipping Corporation (a) 527 - 493 - PSC Terminais Intermodais Ltda. (a) 125 256 16 - Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) 209 - 189 - Terminal de Vila Velha S.ATVV (a) e (c) 829 6.978 1.756 17.361 Log-In Mercosur (a) 901 (288) 2.082 2.194 Lajes Logística (b) 10.616 - 9.774 - Log-In Uruguay (a) - 122 - 252 Log.Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 10 575 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - - -		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
PSC Terminais Intermodais Ltda. (a) 125 256 16 - Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) 209 - 189 - Terminal de Vila Velha S.ATVV (a) e (c) 829 6.978 1.756 17.361 Log-In Mercosur (a) 901 (288) 2.082 2.194 Lajes Logística (b) 10.616 - 9.774 - Log-In Uruguay (a) - 122 - 252 Log.Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 10 575 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - -	VALE S.A. (a)	723	2.264	2.911	2.625
Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a) 209 - 189 - Terminal de Vila Velha S.ATVV (a) e (c) 829 6.978 1.756 17.361 Log-In Mercosur (a) 901 (288) 2.082 2.194 Lajes Logística (b) 10.616 - 9.774 - Log-In Uruguay (a) - 122 - 252 Log.Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 10 575 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - -	Seamar Shipping Corporation (a)	527	-	493	-
Terminal de Vila Velha S.ATVV (a) e (c) 829 6.978 1.756 17.361 Log-In Mercosur (a) 901 (288) 2.082 2.194 Lajes Logística (b) 10.616 - 9.774 - Log-In Uruguay (a) - 122 - 252 Log.Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 10 575 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - -	PSC Terminais Intermodais Ltda. (a)	125	256	16	-
Log-In Mercosur (a) 901 (288) 2.082 2.194 Lajes Logística (b) 10.616 - 9.774 - Log-In Uruguay (a) - 122 - 252 Log.Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 10 575 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - -	Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA (a)	209	-	189	-
Lajes Logística (b) 10.616 - 9.774 - Log-In Uruguay (a) - 122 - 252 Log.Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 10 575 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - -	Terminal de Vila Velha S.ATVV (a) e (c)	829	6.978	1.756	17.361
Log-In Uruguay (a) - 122 - 252 Log.Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 10 575 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - -	Log-In Mercosur (a)	901	(288)	2.082	2.194
Log.Star (a) e (c) 3.637 1.075 59 497 Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 10 575 Vale Manganês S/A (a) 1.217 - - -	Lajes Logística (b)	10.616	-	9.774	-
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a) 10 908 10 575 Vale Manganês S/A (a) 1.217	Log-In Uruguay (a)	_	122	-	252
Vale Manganês S/A (a) 1.217	Log-III Oruguay (a)				
		3.637	1.075	59	497
0 440	Log.Star (a) e (c)				-
	Log.Star (a) e (c) Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a)	10			-
<u> 18.797 </u>	Log.Star (a) e (c) Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA(a)	10 1.217 3	908 - 112		-

Representados por:

- F		Con	solidado (IAS	e CPC 21)
		30.09.2012	3	1.12.2011
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos comerciais (fretes e serviços)	7.982	5.224	7.456	4.537
Empréstimos e mútuo concedidos a coligada(c)	206	-	-	-
	8.188	5.224	7.456	4.537
			Controladora	(CPC 21)
		30.09.2012	3	1.12.2011
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos comerciais (fretes e serviços) (a)	7.975	4.854	7.660	6.523
Adiantamento para futuro aumento de capital(b)	10.616	-	9.774	-
Empréstimos e mútuo concedidos a coligada(c)	206	6.573		17.148
	18.797	11.427	17.434	23.671

Notas:

(a) Referem-se aos valores de saldos de contas a receber e a pagar à empresa acionista (VALE) e às empresas controladas, coligada e ligadas, líquido de provisão para perdas de R\$6.822 referente recebíveis da Log.Star, relativos às operações comerciais praticadas entre as partes, decorrentes de prestação de serviços de transportes intermodais e de serviços de movimentação de cargas e descargas e armazenagens portuárias;

- (b) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital que será convertido a investimento tão logo a controlada Lajes inicie a construção do terminal portuário em Manaus/AM; e
- (c) Refere-se a empréstimos concedidos à coligada Log. Star (R\$206, líquido de provisão para perda de R\$2.482 em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011) o qual é remunerado à taxa de 125% do CDI, e tem vencimento em 30 de dezembro de 2015, e o mútuo concedido pelo TVV à Companhia (R\$6.573) o qual é remunerado à taxa de 104% do CDI e tem vencimento para 06 de agosto de 2013, conforme contrato pactuado entre as partes, cujos valores estão atualizados até 30 de setembro de 2012.

As operações comerciais realizadas com partes relacionadas totalizam os montantes discriminados abaixo:

							Cons	olidado (IAS 3	84 e CPC 21)	
	Períodos de três mês findos em				m	Períodos de nove meses findos em				
	(30.09.2012		30.09.201	1	3	0.09.2012		30.09.2011	
	Receita	Despesa	Receita	Despes	a F	Receita	Despesa	Receita	Despesa	
VALE S.A.	4.977	1.363	1.843	1.125	5	9.575	3.823	5.254	3.468	
Ferrovia Centro-Atlântica S.A FCA	55	-	332	1.433	3	64	-	1.542	5.752	
Log-In Uruguay	210	-	-	-		533	-	-	-	
Log-In Mercosur	880	-	-	-		2.364	-	-	-	
Log.Star	63	-	(2.864)	1.576	3	206	-	-	1.576	
Outros	(96)		258			28		409	676	
	6.089	1.363	(431)	4.134	1 1	12.770	3.823	7.205	11.472	
_										
								Controladora		
			de três m			P	eríodos de r			
		30.09.20	112	30.0	9.2011		30.09.2012	<u> </u>	30.09.2011	
	Recei	ta Despe	sa Rec	eita D	espesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	
VALE S.A.	-	1.36	- 33	-	1.125	-	3.823	-	3.468	
Ferrovia Centro-Atlântica S.AFCA	-	-	-	-	1.433	-	-	-	5.752	
Log-In International GMBH	-	1.48	38 -	-	1.439	-	4.735	-	2.933	
Terminal de Vila Velha S.A -TVV	-	7	73 -	-	529	-	704	-	1.087	
Log-In Uruguay	-	4	17 -	-	(264)	-	181	-	142	
Log-In Mercosur	-	1.16	55 -		1.549	-	4.276	-	4.027	
Log.Star	6	3 -	(2.8	864)	1.576	206	-	-	1.576	
Outros					-		_		676	
	6	3 4.10	36 (2.8	864)	7.387	206	13.719	-	19.661	

R

Representados por:								
						Consolidad	lo (IAS 34	e CPC 21)
	Pe	eríodos de t	rês meses	findos em	Per	íodos de no	ove meses	findos em
	3	30.09.2012	3	30.09.2011	3	30.09.2012	3	30.09.2011
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Fretes	-	-	(2.864)	-				
Serviços	6.026	1.363	2.433	4.134	12.564	3.823	7.205	11.472
Receita/despesas financeiras	63				206			
	6.089	1.363	(431)	4.134	12.770	3.823	7.205	11.472
								(CDC 01)
				C 1				(CPC 21)
		eríodos de t 30.09.2012				Períodos de nove meses findos em		
				30.09.2011		30.09.2012		30.09.2011
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Fretes	-	1.488	(2.864)	-	-	4.735	-	-
Serviços	-	2.575	-	8.572	-	8.280	-	19.661
Receita/despesas financeiras	63	73		(1.185)	206	704		
	63	4.136	(2.864)	7.387	206	13.719		19.661

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 30 de setembro de 2012 de R\$8.229 na controladora e R\$9.720 no consolidado (30 de setembro de 2011 - remuneração de R\$6.922 na controladora e R\$8.303 no consolidado), relativo a benefícios de curto e longo prazos, conforme abaixo:

			Consolidad	o (IAS 34 e CPC 21)
	Períodos de tre	ês meses findos em	Períodos de no	ve meses findos em
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Benefícios de curto prazo	2.549	2.445	9.440	8.072
Plano de compra de ações	0	231	280	231
	2.549	2.676	9.720	8.303

Pessoal-chave: Conselheiros, Diretores Estatutários, Diretores e Gerentes.

				Controlada (CPC 21)
_	Períodos de três	meses findos em	Períodos de nov	ve meses findos em
_	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
•	2.008	2.116	7.949	6.691
	0	231	280	231
·-	2.008	2.347	8.229	6.922

9. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Benefícios de curto prazo Plano de compra de ações

				Circulante
	Consolidado (IA	AS 34 e CPC 21)	Control	adora (CPC 21)
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
IRRF sobre aplicações financeiras e terceiros	129	453	-	-
Imposto de renda e contribuição social - PJ	-	121	-	-
PIS e COFINS a recuperar ou compensar	4.804	6.565	4.456	6.253
INSS a recuperar ou compensar	2.171	1.706	2.139	1.376
ISS a recuperar ou compensar	1.201	1.201	1.175	1.148
ICMS a recuperar ou compensar	10.088	9.117	8.210	7.252
Outros	170	537	127	408
	18.563	19.700	16.107	16.437
			N	ão circulante
	Consolidado (I/	AS 34 e CPC 21)	Contro	ladora (CPC 21)
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Tributos a recuperar (IRRF sobre aplicações financeiras				
e terceiros)	11.491	11.981	11.491	11.981

O IRRF é decorrente da remuneração das aplicações financeiras em renda fixa, à taxa de 100% a 102% do CDI, conforme o prazo.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e de contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

			Consolidado (IA	S 34 e CPC 21)
	Períodos de três m	eses findos em	Períodos de nove m	eses findos em
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da				
contribuição social	19.990	(35.450)	(23.149)	(42.439)
Crédito (despesas) de imposto de renda e de				
contribuição social calculados à alíquota efetiva (34%)	(6.796)	12.053	7.871	14.429
Ajustes (efeito de 34%):	, ,			
Resultado de equivalência patrimonial	(23)	506	(665)	(855)
Resultado de subsidiárias no exterior	774	3.178	1.021	2.404
Despesa de imposto de renda de subsidiária no exterior	(383)	(330)	(848)	(858)
Lucro disponibilizado de controlada no exterior	(278)	(419)	(793)	(905)
Receita (despesa) de juros sobre o capital próprio pagos	2	(33)	2	2
Diferenças permanentes	(682)	492	(303)	(305)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(7.386)	15.447	6.285	13.912
			Contro	oladora (CPC 21)
	Períodos de três	meses findos em	Períodos de nove m	`
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Prezjuízo antes do imposto de renda e da				
contribuição social	13.894	(39.840)	(39.057)	(58.265)
Crédita (decresos) de impesta de rende e de				
Crédito (despesas) de imposto de renda e de contribuição social calculados à alíquota efetiva (34%)	(4.724)	13.545	13.279	19.810
Ajustes (efeito de 34%):	(4.724)	13.545	13.279	19.010
Resultado de equivalência patrimonial	4.725	8.108	10.753	13.456
Lucro disponibilizado de controlada no exterior	(328)	(372)	(793)	(858)
Receita (despesa) de juros sobre o capital próprio pagos	(918)	(1.368)	(1.605)	(1.843)
Diferenças permanentes	(34)	(57)		(768)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.279)	19.856	22.225	29.797

O saldo do ativo diferido é composto conforme descrito no quadro abaixo:

	Consolidado (IAS 3	Consolidado (IAS 34 e CPC 21)		ndora (CPC 21)
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Sobre prejuízos fiscais	59.227	30.358	59.227	30.358
Sobre base negativa de contribuição social	25.624	15.153_	25.624	15.153
	84.851	45.511	84.851	45.511
Sobre diferenças temporárias	35.640	52.593	30.847	47.962
	120.491	98.104	115.698	93.473

A Administração entende que a Companhia está em fase de reestruturação operacional, se enquadrando no parágrafo único do Art. 2º da Instrução CVM nº 371/2002, tendo em vista que está substituindo os antigos navios próprios e afretados por novos navios, sendo cinco novos navios porta-contêiner e dois novos navios graneleiros. A realização desse ativo fiscal diferido está fundamentada em Estudo Técnico, que apresenta expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, que permitem a utilização desse ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos.

As principais premissas do Estudo Técnico são:

- a) A aquisição dos sete navios de grande porte citados anteriormente, com previsão de conclusão da construção até 2014, que substituirão a atual frota de embarcações; e
- b) Os novos navios incrementarão a receita e proporcionarão redução dos custos e das despesas operacionais, em função da sua modernidade e de sua grande capacidade de transporte, tornando-se possível maior diluição dos custos fixos.

A realização desses créditos fiscais diferidos tem expectativa até o exercício de 2020, conforme detalhado no quadro abaixo.

	Con	solidado (IAS 34	e CPC 21)		Controlad	ora (CPC 21)
		;	30.09.2012			30.09.2012
		Diferenças			Diferenças	
Ano	Prejuízo fiscal	temporárias	Total	Prejuízo fiscal	temporárias	Total
2013	1.848		1.848	1.848		1.848
2014	4.613		4.613	4.613		4.613
2015	7.948		7.948	7.948		7.948
2016	12.992		12.992	12.992		12.992
2017	16.951		16.951	16.951		16.951
2018	23.140		23.140	23.140		23.140
2019	12.500		12.500	12.500		12.500
2020	4.859	35.640	40.499	4.859	30.847	35.706
	84.851	35.640	120.491	84.851	30.847	115.698

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte composição e movimentação.

Composição em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011:

	Consolidado (IAS	S 34 e CPC 21)	Controla	dora (CPC 21)
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Provisões	30.921	42.108	28.147	39.349
Provisões para riscos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários)	4.589	10.395	2.570	8.523
Benefícios baseados em ações com pagamento em dinheiro	130	90	130	90
Prejuízo fiscal a compensar:				
Imposto de renda pessoa jurídica	59.227	30.358	59.227	30.358
Contribuição social sobre o lucro líquido-base negativa	25.624	15.153	25.624	15.153
	120.491	98.104	115.698	93.473

Movimentação em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011:

	Consolidado (IAS	34 e CPC 21)	Controlac	dora (CPC 21)
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Saldos iniciais em	98.104	34.435	93.473	32.082
Provisões	(11.187)	33.606	(11.202)	31.416
Provisões para riscos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários)	(5.806)	508	(5.953)	(853)
Benefícios baseados em ações com pagamento em dinheiro	40	(36)	40	(36)
Prejuízo fiscal a compensar:				
Imposto de renda pessoa jurídica	28.869	21.827	28.869	22.763
Contribuição social sobre o lucro líquido-base negativa	10.471	7.764	10.471	8.101
	120.491	98.104	115.698	93.473

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS E COLIGADA

	Log In International GmbH(a)	Log In Mercosur (b)						
	(Controlada no exterior)	(Controlada no exterior)	Log-In Uruguay S.A.(c)	Log.Star Navegação S.A.(f)	Terminal de Vila Velha S.A TVV (d)	PSC Terminais Intermodal Ltda.(d)	Lajes Logistica S.A(e)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	152.406	2.371	751	-	111.483	2.012	-	269.023
Investimentos alienados	-	-	-	-	-	(2.012)	-	(2.012)
Equivalência patrimonial, oriunda de:	468	1.275	332	(1.954)	31.656	-	(150)	31.627
Resultado do período	468	1.275	332	(1.954)	31.656	-	(150)	31.627
Ajustes acumulados de conversão (variação cambial)	-	(84)	(27)	-	-	-	-	(111)
Dividendos e JCP propostos e distribuídos	-	(1.967)	(267)	-	(38.399)	-	-	(40.633)
Redução de Capital	(8.198)	-	-	-	-	-	-	(8.198)
Provisão para perdas de investimentos				1.954	-	-	150	2.104
Saldos em 30 de setembro de 2012	144.676	1.595	789	-	104.740			251.800
Capital social em: 31.12.2011 30.09.2012	151.441 143.242	378 378	356 356	19.158 19.158	48.894 48.894	6.138	333 333	
Patrimônio líquido em: 31.12.2011 30.09.2012	152.406 144.676	2.522 1.697	751 789	(7.836) (19.182)	111.600 104.848	2.012	(2.002) (2.002)	
Lucro (prejuízo) líquido em: 30.09.2011 30.06.2012 30.09.2012	4.407 (759) 468	1.588 754 1.356	176 216 332	(8.380) (10.958) (11.346)	36.074 19.569 31.689	202	(321) (138) (214)	
Percentual de participação em 31.12.2011 Percentual de participação em 30.09.2012	100% 100%	94% 94%	100 % 100 %	17,23 % 17,23 %	99,90 % 99,90 %	100 %	70 % 70 %	
Quantidade de ações/quotas possuidas: 31.12.2011 30.09.2012	1	ações: 567.819 567.819	ações: 100.000 100.000	ações: 3.301 3.301	ações: 9.766.014 9.766.014	quotas: 5.562.354	ações: 233.333 233.333	

- a) Investimento constituído em novembro de 2007, com sede em Viena, Áustria. É empresa controlada, cujos ativos (embarcações) são afretados para a Log-In. Sua moeda funcional é o Real.
- b) Investimento oriundo de incorporação de sociedade ocorrida em 8 de abril de 2008, conforme AGE dessa mesma data. A Log-In Mercosur tem como moeda funcional o peso argentino, cujas atividades desenvolvidas são prestação de serviços no apoio de transporte de cargas para a sua controladora.
- c) Essa controlada presta serviços de apoio no transporte de cargas para a sua controladora. Sua moeda funcional é o peso uruguaio.
- d) Investimentos adquiridos em dezembro de 2006. Atuam nas atividades de exploração comercial portuária, movimentação de cargas conteinerizadas e carga geral diversa. A alienação desse investimento ocorreu no decorrer do segundo trimestre de 2012, com a autorização legal das autoridades portuárias.
- e) Participação na empresa adquirida em março de 2008 para desenvolvimento do projeto de implantação de um terminal portuário na cidade de Manaus, no estado do Amazonas. O projeto será desenvolvido pela empresa Lajes Logística S.A, na qual a Log-In participa com 70% do capital. A provisão para perda foi classificada como conta redutora do AFAC concedido a Lajes. O valor de R\$150 de perda foi registrado na demonstração do resultado do período na rubrica Participação nos lucros (prejuízos) das controladas e coligadas.

f) Investimento constituído em janeiro de 2010 em parceria com o Grupo TBS, no qual a Log-In participa com 17,23% (2011 – participação de 17,23%) e a TBS com os restantes. A Log.Star atua no transporte marítimo de carga geral se utilizando de embarcações subfretadas da Log-In e é considerada como uma empresa coligada. O valor de R\$1.954 de perda foi registrado na demonstração do resultado do período na rubrica Participação nos lucros (prejuízos) das controladas e coligadas.

A Companhia reconhece o passivo a descoberto de R\$3.304 (31.12.2011 – R\$1.350) relativo a sua participação nessa coligada, classificando o valor na rubrica "Outros", no Passivo Circulante.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS

a) Imobilizado

		Consolidado (IAS	34 e CPC 21)	Controla	dora (CPC 21)
	Taxas médias				
	anuais de				
_	depreciação (%)	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Bens em operação:					
Embarcações	5	497.560	496.602	312.314	311.356
Edificações e Instalações	6	100.285	96.745	46.355	46.273
Máquinas e equipamentos	7	64.846	64.748	2.013	2.059
Móveis e utensílios	10	6.488	5.302	3.009	2.405
Equipamentos de processamento de dados	20	11.162	9.570	4.283	4.032
Benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10	5.493	7.331	5.493	7.331
Veículos	20	1.204	11.786	996	11.578
Benfeitorias embarcações afretadas terceiros(*)	29	25.067	45.232	25.067	45.232
Outros bens	20	1.215	718	655	655
		713.320	738.034	400.184	430.921
Depreciação acumulada		(137.516)	(127.122)	(47.269)	(48.030)
		575.804	610.912	352.915	382.891
Imobilizações em curso		665.107	474.872	641.485	445.850
		1.240.911	1.085.784	994.400	828.741

^(*) Taxa média utilizada em 2012 em 2011, face plano de desmbolização de ativos com devolução de embarcações de terceiros.

b) Movimentação do Imobilizado

Consolidado:

	PC 21)
Imboilizado: Embarcações instalações equipamentos utensílios de terceiros de dados Veículos de terceiros Outros bens em curso Saldos em 31.12.2011 496.602 96.745 64.748 5.302 7.331 9.570 11.786 45.232 718 474.872 1.212 Adições no período - - - - - - - - - - - - - - - 212.437 212.437 212.437 213.437 212.437 213.437 213.437 214.	
Saldos em 31.12.2011 496.602 96.745 64.748 5.302 7.331 9.570 11.786 45.232 718 474.872 1.212 Adições no período - <td< th=""><th></th></td<>	
Adições no período 212.437 212 Transferência no período 958 4.992 676 1.469 (1.838) 1.874 2 8.012 497 (16.642) Bens de empresa investida	Total
Transferência no período 958 4.992 676 1.469 (1.838) 1.874 2 8.012 497 (16.642) Bens de empresa investida	2.906
Bens de empresa investida	2.437
	-
disponibilizada para venda, que	
dative de exerceptidade (4.450) (504) (4.00) (0.00) (0.00)	T 000\
	5.982)
,, ,	7.055)
Baixa por devolução de embarcações afretadas (77) (234) - (51) - (28.177) (21.177) (21.177)	8.539)
embarcações afretadas (77) (234) - (51) - (28.177) (28.177) - (28.177)	0.008)
	5.340)
	8.427
00000 011 00.00.2012 407.000 100.200 04.040 0.400 11.102 1.204 20.001 1.210 000.101 1.010	U.TL1
Depreciação acumulada:	
Saldos em 31.12.2011 (43.247) (14.942) (26.228) (2.598) (2.395) (7.186) (6.569) (23.565) (392) - (12	7.122)
Adições no período (18.626) (2.426) (3.373) (409) 306 (601) (962) (14.784) (212) - (4**	1.087)
Depreciação de bens de	
empresa investida	
disponibilizada para venda, que	
	1.040
Baixa de bens, por alienação 6.757 -	6.757
Baixa por devolução de	
embarcações afretadas	2.896
Saldos em 30.09.2012 (61.873) (16.832) (29.163) (2.822) (2.089) (7.643) (774) (15.716) (604) - (13.716)	7.516)

Controladora:

										Control	adora (CPC 21)
			Máquinas	Móveis	Benfeitorias	Equipamentos		Benfeitorias em			
		Edificações e	е	е	em imóveis a	processamento		embarcações		Imobilizações	
Imobilizado:	Embarcações	instalações	equipamentos	utensílios	de terceiros	de dados	Veículos	de terceiros	Outros bens	em curso	Total
Saldos em 31.12.2011	311.356	46.273	2.059	2.405	7.331	4.032	11.578	45.232	655	445.850	876.771
Adições no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	209.339	209.339
Transferência no período	958	82	31	838	(1.838)	302	1	8.012	-	(8.386)	-
Baixa de bens, por alienação	-	-	-	-	-	-	(10.583)	-	-	-	(10.583)
Baixa por devolução de embarcações afretadas	-	-	(77)	(234)	-	(51)	-	(28.177)	-	-	(28.539)
Transferência para intangível											
em desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.318)	(5.318)
Saldos em 30.09.2012	312.314	46.355	2.013	3.009	5.493	4.283	996	25.067	655	641.485	1.041.670
Depreciação acumulada:											
Saldos em 31.12.2011	(5.812)	(5.380)	(643)	(835)	(2.395)	(2.565)	(6.443)	(23.565)	(392)	-	(48.030)
Adições no período	(11.679)	(956)	(155)	(214)	306	(390)	(923)	(15.049)	(96)	- 1	(29.157)
Baixa de bens, por alienação	-	-	-	-	-	-	6.755	-	-	-	6.755
Baixa por devolução de embarcações afretadas	-	-	56	157	-	50	-	22.900	-	-	23.163
Saldos em 30.09.2012	(17.491)	(6.336)	(742)	(892)	(2.089)	(2.905)	(611)	(15.714)	(488)	-	(47.269)

O principal item das imobilizações em curso na controladora em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$548.903 (em 31 de dezembro de 2011, R\$394.693) corresponde a adiantamentos para construção de cinco navios (em 31 de dezembro de 2011, cinco navios), sendo três navios porta-contêineres e de dois graneleiros que estão em construção pelo Estaleiro Ilha S.A. (EISA). Esses montantes incluem R\$25.465 (em dezembro de 2011, inclui R\$18.813) referentes a encargos relativos aos financiamentos obtidos para essa construção, que foram capitalizados, originados dos encargos gerados pelo financiamento correspondente (vide nota explicativa 13).

c) Intangíveis

		Consolidado (IAS	34 e CPC 21)	Controladora (CPC 21)		
	Taxa de					
	amortização (%)	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011	
Sistemas (softwares aplicativos)	20	50.704	48.302	49.860	44.691	
Concessões portuárias	4	8.304	10.325	-	-	
Marcas e Patentes		5_	5_	5	5	
		59.013	58.632	49.865	44.696	
Amortização Acumulada		(21.399)	(14.486)	(19.183)	(12.446)	
		37.614	44.146	30.682	32.250	
Intangíveis em desenvolvimento		28.373	25.322	24.176	24.027	
		65.987	69.468	54.858	56.277	

d) Movimentação do Intangível

				Consolidado (I	AS 34 e CPC 21)
_	Sistemas de TI			Intangíveis	
	(softwares e	Marcas e	Concessões	em desen-	
Intangível	aplicativos)	patentes	portuárias	volvimento	TOTAL
Saldos em 31.12.2011	48.302	5	10.325	25.322	83.954
Adições e baixas no período	35	-	-	-	35
Alienação de concessão portuária de empresa					
investida que deixa de ser consolidada	-	-	(2.021)	-	(2.021)
Transferência no período	78	-	-	-	78
Intangível em densenvolvimento-transferência de					
imobilizações em curso	2.289			3.051	5.340
Saldos em 30.09.2012	50.704	5	8.304	28.373	87.386
Amortizações					
Saldos em 31.12.2011	(13.236)		(1.250)	-	(14.486)
Amortizações de concessões portuárias de					<u> </u>
empresa investida disponibilizada para venda, que					
deixa de ser consolidado	-	-	332	-	332
Adições no período	(6.752)	<u>-</u>	(493)		(7.245)
Saldos em 30.09.2012	(19.988)	-	(1.411)		(21.399)
				Contr	oladora (CPC 21)
_	Sistemas de TI			Intangíveis	7
	(softwares e	Marcas e	Concessões	em desen-	
Intangível	aplicativos)	patentes	portuárias	volvimento	TOTAL
Saldos em 31.12.2011	20.156	5	-	48.562	68.723
Adições no período	_			_	
Transferência no período	27.415	_	-	(27.338)	77
Intangível em densenvolvimento-transferência de				,	
imobilizações em curso	2.289	-	-	2.952	5.241
Saldos em 30.09.2012	49.860	5	-	24.176	74.041
=					
Amortizações					
Saldos em 31.12.2011	(12.446)	-	-	<u> </u>	(12.446)
Amortizações no período	(6.737)				(6.737)
Saldos em 30.09.2012	(19.183)	<u> </u>	-	-	(19.183)
Saluus elii 30.03.2012	(19.103)	-	-		(19.163)

Os saldos de intangíveis em curso referem-se a gastos com desenvolvimento de sistemas.

13. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Os saldos dos financiamentos e empréstimos em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 classificados no passivo circulante e não circulante, bem como as amortizações e os pagamentos vencíveis obedecerão ao escalonamento até o ano de 2033, conforme quadros abaixo:

								Con	solidado (IAS 3	34 e CPC 21)
	Construção de en	nbarcações (a)						lações TERCAM, JLÍNIA e TVV (b)		TOTAL
Parcelas		Valor Anual	Operações	s de <i>swap</i> (d)	Cap	ital de giro(c)		Valor Anual		Valor Anual
vencíveis em	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	7.846	19.616	3.145	3.152	-	-	1.389	5.011	12.380	27.779
2013	38.351	30.314	12.581	12.606	73.612	68.990	6.284	5.006	130.828	116.916
2014	44.478	30.314	12.582	12.606	57.992	15.023	6.273	4.996	121.325	62.939
2015	44.478	33.534	9.436	9.454	35.633	-	6.273	4.996	95.820	47.984
2016	44.477	30.313	-	-	10.126	-	6.272	4.996	60.875	35.309
2017 a 2032	605.998	447.451	-	-	-		11.975	17.123	617.973	464.574
	785.628	591.542	37.744	37.818	177.363	84.013	38.466	42.128	1.039.201	755.501
			-						Controlado	ora (CPC 21)
									Controlade	ora (CPC 21)
							Instala	cões TERCAM e	Controlado	
Parcelas	Construção de en	nbarcações (a)	Operaçõe:	s de <i>swap</i> (d)	Сар	ital de giro(c)	Instala	ções TERCAM e PAULÍNIA (b)	Controlado	
Parcelas vencíveis em	Construção de en 30.09.2012	nbarcações (a) 31.12.2011	Operaçõe: 30.09.2012	s de <i>swap</i> (d) 31.12.2011	Cap 30.09.2012	ital de giro(c) 31.12.2011	Instala 30.09.2012		Controlado 30.09.2012	TOTAL
		, ,	1 3	7 ()		9 ()		PAULÍNIA (b)		TOTAL Valor Anual
vencíveis em		, ,	1 3	7 ()		9 ()		PAULÍNIA (b)		TOTAL Valor Anual
vencíveis em 2011	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011		9 ()	30.09.2012	PAULÍNIA (b) 31.12.2011	30.09.2012	TOTAL Valor Anual 31.12.2011
vencíveis em 2011 2012	30.09.2012 - 7.846	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011 - 3.152	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	PAULÍNIA (b) 31.12.2011 - 2.237	30.09.2012 - 11.896	TOTAL Valor Anual 31.12.2011 - 25.005
vencíveis em 2011 2012 2013	30.09.2012 7.846 38.351	31.12.2011 19.616 30.314	30.09.2012 - 3.145 12.581	31.12.2011 - 3.152 12.606	30.09.2012 - - - 73.612	31.12.2011 - - 68.990	30.09.2012 - 905 3.618	PAULÍNIA (b) 31.12.2011 - 2.237 3.577	30.09.2012 - 11.896 128.162	TOTAL Valor Anual 31.12.2011 - 25.005 115.487
vencíveis em 2011 2012 2013 2014	30.09.2012 - 7.846 38.351 44.478	31.12.2011 - 19.616 30.314 30.314	30.09.2012 - 3.145 12.581 12.582	31.12.2011 - 3.152 12.606 12.606	30.09.2012 - - 73.612 57.992	31.12.2011 - - 68.990	30.09.2012 - 905 3.618 3.618	PAULÍNIA (b) 31.12.2011 - 2.237 3.577 3.577	30.09.2012 - 11.896 128.162 118.670	TOTAL Valor Anual 31.12.2011 25.005 115.487 61.520
vencíveis em 2011 2012 2013 2014 2015	30.09.2012 - 7.846 38.351 44.478 44.478	31.12.2011 19.616 30.314 30.314 33.534	30.09.2012 - 3.145 12.581 12.582	31.12.2011 - 3.152 12.606 12.606	30.09.2012 - - 73.612 57.992 35.633	31.12.2011 - - 68.990	30.09.2012 - 905 3.618 3.618 3.618	PAULÍNIA (b) 31.12.2011 - 2.237 3.577 3.577 3.577	30.09.2012 - 11.896 128.162 118.670 93.165	TOTAL Valor Anual 31.12.2011 - 25.005 115.487 61.520 46.565

Em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, os financiamentos estão classificados no passivo conforme segue:

	Consolidado (IAS	Consolidado (IAS 34 e CPC 21)		dora (CPC 21)
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Passivo circulante	112.233	27.779	109.368	25.005
Passivo não circulante	926.968	727.722	912.027	710.222
	1.039.201	755.501	1.021.395	735.227

O quadro abaixo apresenta a movimentação desses empréstimos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

						Consoli	dado (IAS 3	4 e CPC 21)
	Saldo em			Encargos	Α	mortização		Saldo em
Empréstimos e financiamentos	31.12.2011	Adição	Capitalizado	Despesa	Principal	Encargos	Comissão	30.09.2012
Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a)	591.542	161.159	42.132	20.452	(13.660)	(15.253)	(744)	785.628
Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)-(b)	42.098	-	-	2.869	(3.463)	(3.051)	-	38.453
Capital de giro (Santander, Alfa e BB)-(c)	84.013	116.000	-	7.575	(23.000)	(6.159)	(1.066)	177.363
Operação de Swap-(d)	37.818	-	-	2.080	-	(2.154)	-	37.744
Outros	30			1_	(17)	(1)		13
	755.501	277.159	42.132	32.977	(40.140)	(26.618)	(1.810)	1.039.201
							Controlado	··· (CDC 01)
	Saldo em							
				Encargos	А	mortização		Saldo em
Empréstimos e financiamentos	31.12.2011	Adição	Capitalizado	Encargos Despesa	A Principal			Saldo em 30.09.2012
Empréstimos e financiamentos Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a)	31.12.2011 591.542	Adição 161.159	Capitalizado 42.132					Saldo em
•				Despesa	Principal	Encargos	Comissão	Saldo em 30.09.2012
Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a)	591.542			Despesa 20.452	Principal (13.660)	Encargos (15.253)	Comissão (744)	Saldo em 30.09.2012 785.628
Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a) Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)-(b)	591.542 21.854	161.159		Despesa 20.452 1.534	Principal (13.660) (1.342)	Encargos (15.253) (1.386)	Comissão (744)	Saldo em 30.09.2012 785.628 20.660
Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a) Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)-(b) Capital de giro (Santander, Alfa e BB)-(c)	591.542 21.854 84.013	161.159	42.132	Despesa 20.452 1.534 7.575	Principal (13.660) (1.342)	Encargos (15.253) (1.386) (6.159)	Comissão (744) - (1.066)	Saldo em 30.09.2012 785.628 20.660 177.363

Os financiamentos e empréstimos referem-se a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como junto a outras instituições financeiras, para as seguintes finalidades:

a) Construção de embarcações (FMM/BNDES)

Construção de sete navios (cinco porta-conteiners e dois graneleiros) junto ao Estaleiro Ilha S.A. (EISA), divididos em dois subcréditos (Subcrédito "A" e Subcrédito "B"), cuja linha de crédito é da ordem de R\$927.142, composto por R\$625.209 referente porta-containers e R\$302.933 para graneileiros. Os contratos pactuados com o BNDES datam de 26 de maio de 2008 (porta-conteiners) e de 8 de dezembro de 2009 (graneleiros). Para determinação dos saldos devedores os Subcréditos "A" e "B" são atualizados pela TJLP e pela variação do dólar norte-americano (porta-conteiner) e os Subcréditos relativos aos graneleiros pela variação do dólar norte-americano, respectivamente, ambos acrescidos de juros de 2,5% ao ano. As embarcações (cascos 504 e 505) construídas e as em construção (cascos 506, 507, 508, 509 e 510) estão gravadas como garantia dos financiamentos, com cláusula de hipoteca de primeiro grau.

Segue abaixo quadro resumo dos saldos dos recursos já liberados (acrescido de encargos decorridos):

	Vencimento			
Órgão Financiador:	da última		Control	adora (CPC 21)
Fundo da Marinha Mercante (FMM):	prestação	Carência:	30.09.2012	31.12.2011
Casco El-504-Subcrédito A	Jun/2031	37 meses	96.922	100.802
Casco El-505-Subcrédito A	Set/2030	39 meses	95.455	95.069
Casco El-506-Subcrédito A	Mar/2032	39 meses	81.112	48.259
Casco El-507-Subcrédito A	Out/2033	39 meses	35.434	-
Casco El-508-Subcrédito A	Abr/2034	21 meses	18.410	-
	Va	alores indexados à TJLP	327.333	244.130
Casco El-504-Subcrédito B	Jun/2031	37 meses	40.929	39.318
Casco El-505-Subcrédito B	Set/2030	39 meses	40.950	36.786
Casco El-506-Subcrédito B	Mar/2032	39 meses	32.925	19.057
Casco El-507-Subcrédito B	Out/2033	39 meses	14.573	-
Casco El-508-Subcrédito B	Abr/2034	21 meses	6.995	-
Casco El-509-Subcrédito A	Jun/2032	28 meses	113.736	96.143
Casco El-509-Subcrédito B	Jun/2032	28 meses	52.414	47.718
Casco El-510-Subcrédito A	Ago/2032	31 meses	102.571	71.278
Casco El-510-Subcrédito B	Ago/2032	31 meses	53.202	37.112
	Va	alores indexados à US\$	458.295	347.412
		TOTAL	785.628	591.542

Nos financiamentos contratados junto ao Fundo da Marinha Mercante a Log-In se obriga a manter um índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) mínimo, calculado ao final de cada exercício, não inferior a um patamar mínimo estipulado pelo BNDES, ao longo de todo o prazo dos contratos, cujo índice é apurado pela formula ICD = EBITDA – (IR+CSLL+Variação Capital de Giro) /Serviço da Dívida do Exercício). Até o último período de cálculo, a Companhia está em conformidade com as coberturas financeiras requeridas.

b) Investimento em terminais portuários (BNDES)

Contrato de financiamento mediante abertura de crédito, pactuado com aquela BNDES em 27 de novembro de 2009, para a ampliação das instalações do Terminal Multimodal de Camaçari (TERCAM), na Bahia; bem como para a ampliação da capacidade estática de estocagem do Terminal de Vila Velha, ES, de 5.600 TEUs (de 20 pés) para 8.000 (TEUS (twenty-foot equivalent unit — unidade padrão de medida para contêineres no comércio munidal — 6 m de comprimento), construção de um centro de expedição de carga com 6.000 m² de área e 10 docas rodoviárias, e construção de um mezanino para a área de administração e à aquisição de

equipamentos importados sem similares nacionais para a movimentação de contêineres no terminal, conforme contrato pactuado em 3 de dezembro de 2009. Além desses contratos, também foi factuado com o BNDES, via Itaú BBA S.A. como agente financeiro, uma Cédula de crédito bancário BNDES Automático, com a finalidade de fomentar o projeto de construção de um centro de distribuição localizado em Paulínia/SP.

Estes contratos de financiamentos de abertura de crédito tem as seguintes características:

b.1 - TERCAM

SUBCRÉDITO	VALOR	ENCARGOS	PRAZO	FINALIDADE (AMPLIAÇÃO DO TERCAM)
Subcrédito "A"	12.498	TJLP+1,4%	8 anos	1ª Fase do Projeto: construção de 9.000m² do novo arma-
				zém, instalações, arruamento interno e parte da expansão
				do pátio de contêineres (recursos totalmente liberados);
Subcrédito "B"	12.686	TJLP+1,4%	8 anos	2ª Fase do Projeto: mudança da linha e dos ramais ferroviários, expansão do pátio de contêineres, construção do 2º módulo do armazém com 11.000m², expansão do arruamento interno e oficina de manutenção de equipamentos (recursos não utilizados - Subcrédito "B" cancelado).

Esse contrato de crédito tem garantia fidejussória de carta de fiança bancária, até sua liquidação final.

b.2) Terminal de Vila Velha

SUBCRÉDITO	VALOR	ENCARGOS	PRAZO	FINALIDADE (AQUISIÇÃO DE)
Subcréditos "A, B,C,D,E"	7.101	Cesta IPCA+3,0% a.a.	8 anos	Equipamentos importados (recursos
				parcialmente liberados).
Subcrédito "F"	15.365	TJLP+1,4% a.a.	8 anos	Obras civis (recursos totalmente libe-
				rados).

b.3) Terminal de Paulínia/SP

SUBCRÉDITO	VALOR	ENCARGOS	PRAZO	FINALIDADE
Subcrédito "A"	8.000	TJLP+4,30%a.a	60 meses	Consiste na construção de um centro de distribuição localizado em Paulínia/SP.
Subcrédito "B"	2.000	TJLP+3,30%a.a	60 meses	Idem, idem.

Tem carência de doze meses; a periodicidade de pagamento do principal é mensal, vencendo-se a primeira prestação em 12 de setembro de 2012, e trimestralmente o pagamento dos juros vencendo-se a primeira parcela em 15 de novembro de 2011.

c) Capital de giro (Santander, Alfa e BB)

Contrato de abertura de crédito (capital de giro) – O montante da linha de crédito obtido junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A. (R\$31.000); Banco Santander Brasil S.A. (R\$55.224) e junto ao Banco do Brasil S.A. (R\$91.139), com vencimentos em Janeiro de 2013; Dezembro de 2014; Maio e Jun de 2015 e em Abril de 2016, respectivamente, é composto conforme quadro abaixo:

	_	Consolidado (IAS 34 e CPC 21)		Controlad	dora (CPC 21)
Abertura de crédito	Vencimento	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Banco Alfa de Investimentos S.A.	Jan/2013	31.000	54.000	31.000	54.000
Banco Santander Brasil S.A.	Dez/2014	30.009	30.013	30.009	30.013
Banco Santander Brasil S.A. (NC-E)	Mai/2015	15.150	-	15.150	-
Banco Santander Brasil S.A. (NC-E)	Jun/2015	10.065	-	10.065	-
Banco do Brasil S.A. (NC-C)	Abr/2016	91.139	-	91.139	-
	_	177.363	84.013	177.363	84.013

Sobre essa linha de crédito incidem encargos financeiros pela taxa do CDI, às taxas de 112,5% (Banco Alfa de Investimentos S.A) e de 113,25% (Banco Santander Brasil S.A.), respectivamente, enquanto que sobre a linha de crédito tomada junto ao Banco Santander do Brasil S.A., base NC-E (Nota de Crédito de Exportação) há carência de um ano, encargos à taxa de 115% do CDI e juros trimestrais no período de carência, e sobre a linha de crédito tomada junto ao Banco do Brasil S.A., base NC-E (Nota de Crédito Comercial), carência de um ano, encargos à taxa de 108% do CDI e juros mensais no período de carência.

Esses empréstimos-pontes visam suprir os descasamentos de fluxos de caixa entre as solicitações e as liberações dos recursos via Fundo da Marinha Mercante (FMM), no que diz respeito aos financiamentos contratados em vigor para as sete embarcações, junto ao Estaleiro Ilha S.A. (EISA).

d) Operação de Swap

Em 13 de setembro de 2011 a Companhia captou com o Banco do Brasil S.A. Cédula de Crédito Bancário – Repasse de Recursos Captados no Exterior, via Resolução 4.131/62, um montante de R\$37.519, equivalente a US\$22,000, de valor principal, com vencimento em 18 de agosto de 2015, na modalidade de derivativos tipo "swap", com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos contratados em dólar norte-americano indexados à variação do CDI. Essa operação gerou uma despesa de juros e variação cambial de R\$3.263, cujo valor foi compensado pelo ganho na operação de "swap", conforme detalhado na nota 21.4.

Essa operação de captação em moeda estrangeira, na modalidade Resolução 4.131/62, no valor de principal de R\$37.744, tem prazo de quatro anos, com carência de doze meses, e juros trimestrais durante o período de carência, cuja amortização, após o período de carência, são em doze parcelas trimestrais; a primeira ocorrerá em novembro de 2012 e a última, em agosto de 2015. Nessa operação, não há incidência do IOF.

Em paralelo a essa operação, a Companhia contratou a operação de "swap" de fluxo de caixa, à taxa de 112% do CDI, com a mesma contraparte (Banco do Brasil S.A.), a qual gerou uma despesa financeira de R\$2.154 (primeiro semestre de 2012, R\$1.783), conforme nota 25.

14. PROVISÕES OPERACIONAIS

As provisões operacionais constituídas pela Companhia referem-se às estimativas de gastos e são compostas basicamente por provisões para despesas portuárias (navegação), rodoviárias e outros gastos.

Provisões operacionais – passivo circulante

As provisões operacionais classificadas no passivo circulante tem a seguinte composição:

	Consolidado (IAS 34 e C			dora (CPC 21)	
Provisões operacionais para:	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011	
Gastos marítimos	18.426	15.976	18.426	15.976	
Gastos rodoviários	4.077	5.667	4.077	5.667	
Gastos administrativos	3.742	3.190	3.368	3.190	
Outros gastos operacionais	11.779	8.119	8.385	5.493	
	38.024	32.952	34.256	30.326	

Provisões operacionais – passivo não circulante

As provisões classificadas no passivo não circulante tem a seguinte composição:

	Consolidado (IAS 34 e CPC 21)		Controlad	dora (CPC 21)	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011	
Provisão para gastos com devolução de					
embarcações e outros bens de terceiros (a)	1.970	32.700	1.970	32.700	
Provisão para cobertura de passivos de coligada	7.318	7.318	7.318	7.318	
Provisão para outros gastos (b)	800	3.960	800	3.960	
Outros	382	263	382	263	
	10.470	44.241	10.470	44.241	

- a) No segundo trimestre de 2012, a Companhia concluiu o processo de devolução de quatro dos cinco navios afretados, conforme Termo de Quitação pactuado entre as partes datado de 20 de setembro de 2012, sendo assim realizou os pagamentos de docagem e quitação dos contratos de afretamentos provisionados no valor de R\$13.505, o montante de R\$14.590 foi transferido para a rubrica de fornecedores e o saldo remanescente de R\$2.305, não utilizado, foi revertido para o resultado do período na rubrica Reversão de provisões operacionais. O saldo de R\$1.970 refere-se à provisão para gastos junto a terminais portuários.
- b) Conforme divulgado na nota 1, no primeiro trimestre de 2012, a Companhia disponibilizou para venda seu investimento na PSC Terminais Intermodais Ltda., revertendo a resultado o montante de R\$2.282 relativo a provisão constituída em dezembro de 2011. A conclusão da venda desse investimento ocorreu no segundo trimestre de 2012, com a autorização legal das autoridades portuárias.

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia e suas controladas provisionaram ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista, cível e fiscal, classificadas no passivo não circulante, consideradas pela Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, como suficiente para cobrir prováveis perdas. Essas contingências são compostas conforme abaixo.

	Consolidado (IAS	34 e CPC 21)	Controladora (CPC		
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011	
	Provisão para	Provisão para	Provisão para	Provisão para	
	riscos	riscos	riscos	riscos	
Trabalhistas	12.942	30.110	9.084	25.067	
Tributárias	3.233	2.114	2.154	1.916	
Cíveis e outras	366	2.149	48	1.812	
	16.541	34.373	11.286	28.795	

Reclamações trabalhistas – consistem principalmente em reclamações de empregados por: (i) pagamento de horas extras, (ii) pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e (iii) outros assuntos, freqüentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

<u>Tributárias</u> – abrangem principalmente: (i) tributos preteridos na transferência de bens e (ii) nas mudanças na base de cálculo de contribuições para o PIS e a COFINS.

<u>Cíveis e outras</u> – abrangem principalmente demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias e outras.

No decorrer dos primeiros nove meses de 2012 estas contingências tiveram a seguinte movimentação, face principalmente a alguns processos que passaram a ser de responsabilidade exclusiva da VALE sem custas para a Companhia:

					CONSC	LIDADO (IAS 3	4 e CPC 21)
	Saldo em		Movin	nentação no p	eríodo		Saldo em
Descrição	31.12.2011	Adição	Reversão	Juros+CM	Pagamento	Transferência	30.09.2012
Reclamações trabalhistas	30.110	5.719	(17.030)	(5.005)	(852)	-	12.942
Tributárias	2.114	2.027	(923)	86		- (71)	3.233
Cíveis	2.149	789	(1.535)	(1.036)		- (1)	366
					(CONTROLADOR	RA (CPC 21)
	Saldo em		Movin	nentação no p	eríodo		Saldo em
Descrição	31.12.2011	Adição	Reversão	Juros+CM	Pagamento	Transferência	30.09.2012
Reclamações trabalhistas	25.067	2.137	(13.251)	(4.869)			9.084
Tributárias	1.916	409	(201)	30			2.154
Cíveis	1.812	789	(1.485)	(1.068)			48

A Companhia continua perseguindo seus interesses em todas as ações acima, e constitui provisão para os processos considerados como perdas prováveis.

A movimentação das provisões para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais, para os períodos indicados, está demonstrada conforme quadro abaixo:

	Consolidado (IA	Consolidado (IAS 34 e CPC 21)		lora (CPC 21)
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Saldos iniciais	34.373	36.301	28.795	31.302
Atualização monetária e juros, líquido	(5.955)	1.116	(5.907)	908
Constituição de provisão	8.535	4.253	3.335	2.939
Reversão de provisão	(19.488)	(6.946)	(14.937)	(6.354)
Transferências	(72)	-	-	-
Baixa por pagamento	(852)	(351)	-	-
Saldos finais	16.541	34.373	11.286	28.795

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes em 30 de setembro de 2012 no montante de R\$84.870 na controladora e R\$127.507 no consolidado (31 de dezembro de 2011 - R\$68.959 na controladora e R\$114.242 no consolidado), com perdas consideradas possíveis, para os quais, com base nos prognósticos dos advogados, não há provisão constituída. Os principais processos classificados como possíveis são de natureza tributária e trabalhista.

Em 23 de março de 2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. um acordo de indenização, através do qual a VALE se comprometeu a indenizar a Log-In, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas e outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato gerador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações. Essas contingências totalizam R\$10.079 em 30 de setembro de 2012 e R\$27.410 em 31 de dezembro de 2011.

Considerando que o acordo prevê indenização somente após a decisão transitada em julgado dos processos e análise da VALE, a Companhia não reconhece em seus registros contábeis o ativo a receber desta, uma vez que os valores a serem reembolsados, dependem do cumprimento de certas condições contratuais.

A Companhia e suas controladas possuem, ainda, depósitos judiciais correlacionados às contingências provisionadas. Os depósitos judiciais foram efetuados de acordo com as

requisições judiciais, a fim de possibilitar que a Companhia ingresse e/ou continue com as ações legais; são atualizados monetariamente e estão classificados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial dos resgates dos mesmos pelo reclamante, ou pela Log-In e suas controladas em desfecho favorável a essas entidades. Os depósitos judiciais estão assim representados:

	Consolidado	Consolidado (IAS 34 e CPC 21)		
Depósitos judiciais	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Processos trabalhistas	16.839	14.987	11.165	11.119
Processos tributários	14.304	13.622	14.021	13.287
Processos cíveis e outros	812	556	545	314
	31.955	29.165	25.731	24.720

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$527.000 em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o qual está representado por 85.617.759 ações em circulação e 6.093.861 ações em tesouraria, totalizando 91.711.620 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Durante os primeiros nove meses de 2012 e o exercício de 2011, não ocorreram alterações no número de ações da Companhia.

Em 30 de setembro de 2012, o capital social é composto como segue:

	•	Quantidade de ações e respectivo percentual		
Acionista:	ON	%		
VALE S.A.(*)	28.737.356	31,33		
Fama Investimentos Ltda.	14.836.900	16,18		
Fundação Petrobrás de Seguridade Social-PETROS	11.735.294	12,80		
Eton Park Management, L.P.	7.603.700	8,29		
Mitsui U.S.A.	2.068.901	2,26		
Mitsui & CO.	1.379.268	1,50		
Outros Investidores institucionais e de varejo	19.256.340	21,01		
	85.617.759	93,36		
Ações em tesouraria	6.093.861	6,64		
	91.711.620	100,00		

^(*) Inclui 60.930 ações do acionista Docepar S.A. do mesmo grupo econômico.

b) Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 4 de março de 2008, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento sem redução do capital social.

O primeiro programa de recompra de ações foi finalizado em 5 de setembro de 2008 totalizando 3.147.861 ações ordinárias; nesta ocasião, o Conselho de Administração aprovou a abertura do segundo programa de recompra de ações.

O segundo programa de recompra de ações foi finalizado em 4 de setembro de 2009, no qual foram adquiridas 2.946.000 ações ordinárias.

Atualmente, a Log-In mantém em sua tesouraria 6.093.861 ações ordinárias, que correspondem a 6,64% do total de ações ordinárias nominativas da Companhia.

Todas essas ações que estão mantidas em tesouraria da Log-In foram adquiridas no decorrer do exercício de 2008 e o custo médio ponderado de aquisição, bem como os custos mínimo e máximo, por ação, foram, respectivamente, de: R\$8,35; R\$4,29 e R\$13,33.

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da BMF&BOVESPA de 28 de setembro de 2012 é de R\$ 38.391 (R\$41.804 em 30 de dezembro de 2011).

c) Reserva de subvenção para investimentos - AFRMM

Essa reserva representa o saldo dos recursos provenientes do adicional de frete para renovação da marinha mercante - AFRMM, aplicados na manutenção e reparos de embarcações e na amortização de financiamento de embarcações, e era considerada como reserva de capital até 31 de dezembro de 2007. Os gastos correspondentes a essas subvenções foram computadas no resultado do exercício em anos anteriores.

O valor registrado nessa reserva até 31 de dezembro de 2011 referia-se a incentivos fiscais de anos anteriores creditados nessa reserva. Conforme AGO/AGE de 29 de abril de 2011, o saldo dessa reserva foi totalmente capitalizado.

d) Reserva de incentivos de AFRMM

A partir do exercício de 2008, de acordo com o CPC 07, os recursos provenientes do AFRMM passaram a ser registrados como receita à medida que ocorre o cumprimento das obrigações do incentivo mencionadas na nota 4 e são transferidos para essa reserva quando da destinação do lucro líquido apurado pela Companhia.

e) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e tem por objetivo assegurar a integridade do capital social.

f) Reserva de Investimentos

Esta reserva tem por objetivo cobrir o orçamento de investimentos. Conforme AGO/AGE de 29 de abril de 2011, parte dessa reserva, no valor de R\$440, foi capitalizado, e o prejuízo líquido do exercício de 2011 foi absorvido por essa reserva.

g) Reserva especial

Reserva constituída nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/76. Não sendo absorvida por prejuízo em exercícios subseqüentes, os valores originários dessa reserva serão distribuídos como dividendos assim que permitir a situação financeira da Companhia.

17. LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) BÁSICOS E DILUÍDOS POR AÇÃO

Os valores dos lucros e prejuízos básicos e diluídos por ação foram calculados conforme segue:

			Cont	roladora (CPC 21)
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove	meses findos em
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuível aos acionistas controladores	12.615	(19.984)	(16.832)	(28.468)
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação(a)	0,15	(0,23)	(0,20)	(0,33)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação(*)	85.617.759	85.617.759	85.617.759	85.617.759
(a) Não existem itens ante dilutivos.				

^(*) A quantidade de ações no início e no fim do período se manteve a mesma, não havendo movimentação durante os períodos.

18. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

a) Plano de Matching

Nos termos do Plano de Matching, são elegíveis à premiação os profissionais (diretores e gerentes da Log-In) que atenderem às seguintes condições: i) trabalharem na Companhia durante o ano de vigência do Plano ocupando posições executivas; ii) fizerem jus ao Programa de Participação nos resultados referentes ao ano vigência do Plano; iii) estiverem ativos e trabalhando na Companhia na data da aquisição das ações; e iv) forem posicionados na matriz de Carreira e Sucessão nos quadrantes "adequados" ou "talento".

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de março de 2010, foi aprovado o 3º Plano de Matching para o ciclo 2010/2012 nas mesmas condições dos Planos anteriores, com prazos de adesão em abril de 2009 e de 2010, e na reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de março de 2011 foi aprovado o 4º Plano de Matching, com prazos de adesão em abril de 2011, para o ciclo 2011/2013, assim como o 5º Plano de Matching, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de abril de 2012, com prazo de adesão em abril de 2012, para o ciclo 2012/2014, respectivamente.

Os Planos I e II foram já totalmente liquidados no início do segundo trimestre de 2011 e do segundo semestre de 2012, respectivamente.

Os executivos elegíveis à premiação adquiriram ações da Companhia no decorrer do exercício de 2011, cuja quantidade existente em 30 de setembro de 2012 era de 148.658 ações (110.747 ações em 31 de dezembro de 2011), farão jus, ao final de três anos, ao mesmo número de ações compradas inicialmente, desde que sejam mantidas em sua integralidade sob propriedade dos mesmos em todo o decorrer do período. A liquidação financeira das novas ações será efetuada pela Companhia, sem custo aos executivos.

O plano de remuneração é mensurado periodicamente pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio. O prêmio é pago em dinheiro, ao final de três anos, quando atingido alguns critérios e metas, de acordo com o referido plano. As obrigações do plano são registradas no passivo não circulante em contrapartida ao resultado.

					30.09.2012
			PREÇO MÉDIO		PROVISÃO NO
PROGRAMA	INÍCIO/TÉRMINO	QTDE AÇÕES	DA AÇÃO* (R\$)	VALOR TOTAL	PERÍODO
Programa III	ABR/10 a MAR/13	22.872	6,4280	147	
Programa IV	ABR/11 a MAR/14	64.865	6,4280	417	
Programa V	ABR/12 a MAR/15	58.921	6,4280	379	
		146.658		943	383
					31.12.2011
			PREÇO MÉDIO		PROVISÃO NO
PROGRAMA	INÍCIO/TÉRMINO	QTDE AÇÕES	DA AÇÃO* (R\$)	VALOR TOTAL	PERÍODO
Programa II	MAR/09 a ABR/12	19.122	7,2180	138	
Programa III	ABR/10 a MAR/13	25.310	7,2180	182	
Programa IV	ABR/11 a MAR/14	66.315	7,2180	479	
		110.747		798	263
*Preço médio nos primei	ros nove meses de 2012 e no ex	ercício de 2011.			

b) Plano de incentivo de longo prazo (ILP)

Plano cujo objetivo é reter os diretores estatutários, mantê-los engajados e incentivar a "visão de dono", comprometendo-os com os resultados de médio e longo prazos, reforçando a cultura de desempenho sustentado, cobrindo ciclos de 3 anos. O ILP visa alinhar os interesses dos acionistas e dos diretores na medida em que garante que apenas haja ganhos para os executivos quando também houver ganhos para a Companhia.

O montante a ser pago em dinheiro no âmbito do ILP é definido a partir de percentual de atingimento de metas qualificadas e aprovadas pelo Conselho de Administração. Será realizado pagamento único no encerramento do Programa, com base na cotação média ponderada (preço/volume) dos negócios realizados em Bolsa de Valores dos últimos 20 pregões anteriores à data de divulgação oficial dos resultados do exercício findo no terceiro ano do programa. Caso o executivo permaneça na Companhia, ao final de 3 anos o número de ações é transformado em valor pecuniário.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de agosto de 2012, foi aprovado Plano de ILP para o ciclo 2012/2014. Em 30 de setembro de 2012, o registro dessa obrigação equivale a R\$540, calculado com base no fair value da ação, pró-rata para o período de vigência dos referidos planos, e contabilizada no passivo não circulante.

19. PLANO COMPLEMENTAR DE APOSENTADORIA - Plano Misto Benefício VALE MAIS

A Companhia proporciona a seus empregados benefícios que englobam plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA.

As contribuições da Companhia ao Plano Vale Mais são como segue:

a) Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, são idênticas à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano (R\$2.827,01 em 30 de setembro de 2012 e R\$2.827,01 em dezembro de 2011).

- b) Contribuição extraordinária Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- c) Contribuição normal Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- d) Contribuição Especial Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% a 18% do salário de participação, e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes limitadas, porém, a 9% do salário de participação. O montante das contribuições feitas pela Companhia durante os primeiros nove meses de 2012, apropriadas no resultado do período, foi de R\$1.415 (consolidado R\$1.803); nos primeiros nove meses de 2011 foi de R\$1.330 (consolidado: R\$1.656). Em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$1.912 (consolidado: R\$2.262).

20. COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas de seguros são determinadas e contratadas em bases técnicas, consideradas pela Administração como sendo suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado.

As modalidades / riscos contratados e as respectivas coberturas estão assim relacionadas:

		30.09.2012
	Consolidado (IAS 34 e CPC 21)	Controladora (CPC 21)
Riscos operacionais e containers arrendados	172.550	60.046
Casco e máquinas (embarcações afretadas a casco nu)	536.681	536.681
Responsabilidade civil	51.250	51.250
D&O (Responsabilidade civil diretores e gestores)	60.000	60.000
P & I (Protection and Indemnity)-cobertura ShipOwners Liability (SOL)	10.150	10.150
Vida empregados	20 vezes o salário	20 vezes o salário

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1) Categoria de instrumentos financeiros

	Consolidado (IAS 34 e CPC 21)		Controladora (CPC 2	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	74.562	63.796	59.994	48.017
Contas a receber de clientes e de partes				
relacionadas	102.596	88.271	99.512	86.281
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	25.307	15.668	25.307	15.668
Seguros a receber	10.366	11.361	10.207	11.306
Depósitos judiciais	31.955	29.165	25.731	24.720
	244.786	208.261	220.751	185.992
Derivativos ao valor justo por meio do resultado:				
Operação <i>-hedge bunker</i>	1.238	-	1.238	
	246.024	208.261	221.989	185.992
Passivos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Fornecedores	42.164	33.682	35.520	25.046
Partes relacionadas	5.224	4.537	11.427	23.671
Financiamentos e empréstimos	1.001.457	717.683	983.651	697.409
Arrendamentos	-	2.083	-	2.083
Concessões portuárias a pagar	7.359	8.039		
	1.056.204	766.024	1.030.598	748.209
Derivativos ao valor justo por meio do resultado:				
Operação <i>-hedge bunker</i>	-	254	-	254
Operação <i>de swap</i>	37.744	37.818	37.744	37.818
	37.744	38.072	37.744	38.072
	1.093.948	804.096	1.068.342	786.281

21.2) Gestão de risco

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle.

a) Risco de mercado

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas, porém os mesmos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no período social atual.

Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

b) Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos conforme a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poors (S&P).

c) Risco cambial

A parcela dos financiamentos e operações de *swap* atrelados à moeda externa (Dólar), no montante de R\$496.039 (R\$384.947, em 31 de dezembro de 2011), corresponde a 47,7% da dívida da Companhia. Tendo em vista que o efeito decorrente do vencimento do endividamento é mínimo no curto e médio prazo.

d) Risco de taxa de juros

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros relacionada à variação da TJLP, cujo financiamento em 30 de setembro de 2012 é de R\$365.786 (em 31 de dezembro de 2011 é de R\$286.516).

A Companhia, em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, não tem contratado derivativos para fazer *hedge* contra estes índices, entretanto os riscos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõem as estratégias a serem adotadas.

e) Análise de sensibilidade

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre suas dívidas demonstrando os eventuais impactos em 2012, com base em premissas disponíveis no mercado. As variações consideradas para o cálculo do impacto em 2012 foram as seguintes: dólar 1,3%, TJLP 5,5%, CDI 10%a.a. e CDI 12%a.a..

	Consolidado_	Controladora
Em imobilizações em curso, com capitalização de:	6.378	6.378
.Juros	2.622	3.622
.Variação cambial	3.756	2.756
No resultado financeiro :	76.478	75.142
.Juros	30.882	29.546
.Variação cambial	45.596	45.596

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem.

O quadro abaixo demonstra análise dos vencimentos para os passivos financeiros:

				Cons	olidado (IAS 3	4 e CPC 21)
	•		De 1 a 3	De 3 meses	De 1 ano	Mais de
	TOTAL	Até 1 mês	meses	a 1 ano	a 5 anos	5 anos
Forncedores	42.164	8.155	21.035	12.974	-	-
Partes relacionadas	5.224	5.040	184	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.039.201	-	-	112.233	298.142	628.826
Concessões portuárias a pagar	7.359	-	-	770	1.434	5.155
	1.093.948	13.195	21.219	125.977	299.576	633.981
					Controlado	ra (CPC 21)
			De 1 a 3	De 3 meses	De 1 ano	Mais de
	TOTAL	Até 1 mês	meses	a 1 ano	a 5 anos	5 anos
Forncedores	35.520	7.229	17.817	10.474	-	-
Partes relacionadas	4.854	4.713	141	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.021.395			109.368	289.892	622.135
	1.061.769	11.942	17.958	119.842	289.892	622.135

O quadro abaixo demonstra em detalhes o prazo de vencimento para os ativos financeiros:

				Consc	olidado (IAS 34	e CPC 21)
			De 1 a 3	De 3 meses	De 1 ano	Mais de
	TOTAL	Até 1 mês	meses	a 1 ano	a 5 anos	5 anos
Caixa e bancos	18.298	18.298	-	-		-
Aplicações financeiras	56.264	56.264	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	94.408	72.801	18.942	2.665	-	-
Partes relacionadas	8.188	1.463	184	6.541	-	-
Seguros a receber	10.366	347	1.055	3.505	5.459	-
Depósitos judiciais	31.955	-	-	-	-	31.955
	219.479	149.173	20.181	12.711	5.459	31.955
					Controlador	a (CPC 21)
			De 1 a 3	De 3 meses	De 1 ano	Mais de
	TOTAL	Até 1 mês	meses	a 1 ano	a 5 anos	5 anos
Caixa e bancos	8.596	8.596	-	-	-	-
Aplicações financeiras	46.398	46.398	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	80.715	65.287	12.914	2.514	-	-
Partes relacionadas	18.797	1.225	141	17.431	-	-
Seguros a receber	10.207	347	1.055	3.505	5.300	-
Depósitos judiciais	25.731		-			25.731
	190.444	121.853	14.110	23.450	5.300	25.731

g) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral permanece inalterada desde 2011.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos detalhados na nota explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e equivalente de caixa) e o patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e participação de não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 16).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

h) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas

negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

i) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros na data-base 30 de setembro de 2012 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que consideram julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos.

Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas:

- <u>Financiamentos, operações de swap e empréstimos</u> Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES e outras instituições financeiras, e parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo.
- j) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº 475/08

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre os seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário básico projetado para o ano de 2012 e outros dois levando-se em conta uma variação em relação às premissas básicas de 25% e 50%. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera as seguintes variações previstas para o ano de 2012: dólar 1,3%, TJLP 5,5%, CDI 10%a.a e CDI 12%a.a.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários na Companhia no exercício de 2012 seriam os seguintes:

	Cons	olidado (IAS 3	4 e CPC 21)
	Cenário	Cenário I	Cenário II
	base	25%	50%
Em imobilizações em curso, com capitalização de:	6.378	6.378	6.378
.Juros	2.622	3.058	3.489
.Variação cambial	3.756	3.320	2.889
No resultado financeiro :	76.478	117.631	230.036
.Juros	30.882	10.795	12.614
.Variação cambial	45.596	106.836	217.422
		Controlado	ora (CPC 21)
	Cenário	Cenário I	Cenário II
	base	25%	50%
Em imobilizações em curso, com capitalização de:	6.378	6.378	6.378
.Juros	2.622	3.058	3.489
.Variação cambial			
	3.756	3.320	2.889
No resultado financeiro :			
No resultado financeiro :	75.142	117.370	229.734
No resultado financeiro : .Juros .Variação cambial			

21.3) Derivativos

Conforme norma interna da Companhia, a contratação de operações com derivativos tem como objetivo adequar a exposição da empresa aos riscos relacionados a preços de commodities, preços de energia, taxas de juros, moedas, ações e crédito, quando existentes, de forma consistente com o seu planejamento estratégico. As operações contratadas visam constituir uma carteira de derivativos que, em conjunto com os ativos e passivos a serem protegidos, proporcionem uma maior estabilidade ao fluxo de caixa e rentabilidade da empresa frente à volatilidade dos preços e taxas relacionados.

São vedadas pela norma interna da Log-In operações de aposta em tendências, devendo ter como limite máximo de comprometimento o volume dos ativos ou passivos aos quais a Companhia está exposta.

A estratégia das operações com derivativos é periodicamente revisada pela Administração e a contratação de *hedge* aprovada pela mesma.

Nos primeiros nove meses de 2012, tendo em vista as perspectivas do cenário macroeconômico, a Companhia contratou operações com derivativos através de instrumento a termo de combustível (ativo *bunker*, referência US Gulf Coast Fuel Oil nº 6 3.0%), mais especificamente, se comprometendo com a contraparte, a liquidar a sua posição, dado o preço médio de fechamento do ativo subjacente. Como resultado, caso o preço do *bunker*, na data de liquidação, seja inferior ao estipulado no contrato, haverá ajuste negativo para a Companhia. Se o preço de liquidação estiver mais alto, a perda será realizada pela ponta vendedora. As operações tiveram como objetivo minimizar o risco de eventuais aumentos do preço do combustível utilizado pelas embarcações da Companhia, dado um percentual do volume de combustível previsto a ser consumido pela Log-In, nos primeiros nove meses de 2012.

"Platt's Oilgram Price Report" é a plataforma de referência de negociação do ativo. O preço é variável a cada período de negociação, sendo formado pela média aritmética não ponderada dos preços de referência da commodity, calculado de forma mensal, desde a data da contratação, até a data do vencimento da operação. A liquidação financeira se dá até o quinto dia útil do mês subseqüente.

Todas as operações de derivativos foram apresentadas no balanço, na rubrica outros ativos circulantes, de acordo com o valor de mercado e os ganhos ou perdas foram devidamente contabilizados no resultado do período.

Os valores de mercado (nível 1) dos instrumentos financeiros derivativos são resumidos a seguir:

Em 30 de setembro de 2012:

Descrição	Valor de Referência (nocional) 30.09.2012 31.12.2011		Valc	or Justo	Efeito acumulado em 30.09.2012 em receitas (despesas) financeiras	
			30.09.2012 Ativo	30.09.2012 Passivo	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra						
Hedge Bunker (1)	R\$ 26.277	R\$ 26.180	R\$ 1.238	-	R\$ 3.776	(R\$ 2.899)

⁽¹⁾ Referentes a 4.215 t/Jun.2012 e 4.387 t/Jul.2012; 4.393 t/Ago.2012; 4.209 t/Set.2012 e 4.470 t/Out.2012.

Em 31 dezembro de 2011:

Descrição	Valor de Referência (nocional)		Valor	Justo	Efeito acumulado em 31.12.2011 em receitas (despesas) financeiras	
Descrigato	31.12.2011	2.2011 31.12.2010		31.12.2011 Passivo	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra						
Hedge Bunker	R\$ 26.180	-	-	R\$ 254	R\$ 1.319	(R\$ 347)

 $^{(1)\} Referentes\ a\ 5.155\ t/Out.2011;\ 4.668\ t/Nov.2011;\ 5.127\ t/Dez.2011;\ 4.252\ t/Jan.2012;\ 4.393\ t/Fev.2012;\ 4.698\ t/Mar.2012\ e\ 4.698\ t/Abr.2012.$

As operações contratadas para o ano calendário de 2011 foram encerradas em dezembro de 2011, e o saldo do valor provisionado a pagar (R\$254) foi pago em janeiro de 2012, pelo valor real de R\$84.

Na preparação dos quadros, a Administração da Companhia definiu que, para o cenário provável devem ser consideradas as curvas utilizadas para a marcação a mercado dos instrumentos financeiros, válidas em 30 de setembro de 2012. Estas curvas representam a melhor estimativa para o comportamento futuro dos preços destes e representam o valor pelo qual as posições poderiam ser liquidadas no vencimento.

QUADRO	O DEMONSTRATIVO DE ANA	ÁLISE DE SENSIBILIDADI	E - 30 DE SETEMBRO D	E 2012
OPERAÇÃO	RISCO	CENÁRIO PROVÁVEL	CENÁRIO POSSÍVEL	CENÁRIO REMOTO
Compra futura	Redução preço do <i>bunker</i>	R\$ 1.238	(R\$ 5.640)	(R\$ 11.588)

Nos quadros acima estão demonstrados a análise de sensibilidade de todas as posições em aberto em 30 de setembro de 2012.

Os cenários definidos nesta análise foram:

<u>Cenário provável</u>: foram consideradas as curvas de mercado de 30 de setembro de 2012.

<u>Cenário possível</u>: com deterioração de 25% do preço do *bunker* considerando uma redução de 25% nas curvas de mercado de preço de *bunker*, utilizadas para apreçamento dos instrumentos no cenário provável, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos.

<u>Cenário remoto</u>: com deterioração de 50% do preço do *bunker* considerando uma redução de 50% nas curvas de mercado de preço de *bunker*, utilizadas para apreçamento dos instrumentos no cenário provável, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos.

Os instrumentos financeiros oram avaliados calculando o seu valor de mercado por meio da utilização das curvas de mercado, em 30 de setembro de 2012.

As operações de derivativos são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. Os limites de exposição às instituições financeiras são aprovados pela Administração. O acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras é feito utilizando uma metodologia definida em norma interna da Log-In. As Instituições com as quais a Companhia tem operações em aberto em 30 de setembro de 2012 são: Morgan Stanley Capital Group Inc. e Barclays Bank PLC.

21.4) Contrato de *Swap* – Proteção do empréstimo em Dólar com taxa em percentual do CDI

Contrato de *Swap* — com o objetivo de proteção à exposição cambial gerada pelo principal da Cédula de Crédito Bancária — Repasse de Recursos Captados no Exterior, via Resolução 4.131/62 (item vi da nota 13), a Companhia contratou em setembro de 2011 uma operação de *swap* com ponta ativa em dólar (US\$22,000 de valor nocional), à taxa de 4,12%a.a., e passiva em CDI, à taxa de 112%, com vencimento em 18 de agosto de 2015. O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e *swap* ocorrerão exatamente nas mesmas datas. A Companhia dispõe do direito de liquidar o principal e os encargos financeiros do empréstimo e da operação de *swap*, em base líquida, caso necessário, e fará essas liquidações simultaneamente nos respectivos vencimentos, conforme previsto nos contratos.

Dessa forma o instrumento financeiro e seus respectivos encargos são considerados um único instrumento financeiro sintético e seus efeitos estão apresentados no balanço patrimonial e no resultado financeiro líquido da Companhia, como um único instrumento financeiro, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos a que esses fluxos de caixa estarão expostos.

O cálculo de valor de mercado desse instrumento financeiro considera a dívida com encargos financeiros correspondente a 112% do CDI, cujo efeito nos primeiros nove meses de 2012 foi de R\$2.154 (primeiro semestre de 2012, R\$1.783).

O contrato em aberto de *swap* com vencimento em agosto de 2015 foi celebrado com contraparte representada pelo Banco do Brasil e está assim composto:

				Taxa				
	Valor prine	cipal	Índice	média	Valor ju	ısto	Perda/Ganho	realizado
Descrição	30.09.2012	31.12.2011			30.09.2012 3	1.12.2011	30.09.2012 3	1.12.2011
Contrato de <i>Swap</i> (1): Ponta ativo Posição comprada dólar	37.519	37.818	US\$ +	4,12%	37.722	37.818	<u> </u>	_
Ponta passiva: Taxa pós fixada Posição vendida CDI	37.519	37.818	CDI	112%	38.023	37.818	(2.154)	(311)

⁽¹⁾ As operações de "swap" financeiros consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI (Certificado de Depósiti Interbancário)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano, conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio. Os cenários possível e remoto consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (R\$2,54/US\$1,00) e de 50% (R\$3,04/US\$1,00), respectivamente. Os cenários provável, possível e remoto estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. A análise de sensibilidade está demonstrada no quadro abaixo:

		CENÁRIOS		
OPERAÇÃO	RISCO	PROVÁVEL	POSSÍVEL	REMOTO
Swap	Alta do dólar	(R\$ 302)	(R\$ 377)	(R\$ 453)

22. RECEITA OPERACIONAL

Segue abaixo a reconciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida registrada na demonstração do resultado dos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011:

			Consolidado (IAS 34 e CPC 21)
	Períodos de três me	ses findos em	Períodos de nove	meses findos em
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Receita operacional bruta	212.077	191.675	576.230	559.746
Receita de fretes:	118.146	118.738	329.082	367.046
Mercado interno	94.662	101.363	273.855	308.578
Mercado externo	23.484	17.375	55.227	58.468
Receita de serviços:	93.931	72.937	247.148	192.700
Mercado interno	62.555	39.756	164.652	104.178
Mercado externo	31.376	33.181	82.496	88.522
Impostos sobre vendas/devoluções e abatimentos	(22.869)	(21.074)	(62.328)	(57.939)
Receita operacional líquida	189.208	170.601	513.902	501.807
			Conti	roladora (CPC 21)
	Períodos de três me	ses findos em	Períodos de nove	meses findos em
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Receita operacional bruta	156.099	141.233	425.224	410.296
Receita de fretes:	118.146	118.738	329.082	367.046
Mercado interno	94.662	101.363	273.855	308.578
Mercado externo	23.484	17.375	55.227	58.468
Receita de serviços:	37.953	22.495	96.142	43.250
Mercado interno	29.534	14.887	74.726	32.669
Mercado externo	8.419	7.608	21.416	10.581
Impostos sobre vendas/devoluções e abatimentos	(17.014)	(16.218)	(46.326)	(43.752)
Receita operacional líquida				

23. CUSTO DOS FRETES E SERVIÇOS

Os custos dos fretes e serviços prestados referentes aos exercícios findos em findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 estão assim representados:

			Consolidado (IA	S 34 e CPC 21)
	Períodos de três r	meses findos em	Períodos de i	nove meses em
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Pessoal e encargos	(14.511)	(15.347)	(43.267)	(34.220)
Benefícios	(3.275)	(2.344)	(9.740)	(6.804)
Material	(2.048)	3.544	(5.406)	(4.473)
Óleo combustível e gases	(25.032)	(18.663)	(74.723)	(57.499)
Afretamento, locações e arrendamento	(46.068)	(17.026)	(98.771)	(70.211)
Serviços contratados	(64.016)	(86.670)	(201.292)	(229.179)
Depreciação e amortização	(12.338)	(9.552)	(40.540)	(23.348)
Outros	12.126	(5.042)	(385)	(20.665)
	(155.162)	(151.100)	(474.124)	(446.399)
	_		Control	adora (CPC 21)
	Períodos de três r	meses findos em	Períodos de i	nove meses em
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
			,_,	
Pessoal e encargos	(9.169)	(11.706)	(24.783)	(22.012)
Benefícios	(1.861)	(1.200)	(5.687)	(5.411)
Material	(1.494)	3.945	(3.274)	(2.693)
Óleo combustível e gases	(24.588)	(18.181)	(73.399)	(56.171)
Afretamento, locações e arrendamento	(36.113)	(27.108)	(91.395)	(67.289)
Serviços contratados	(43.350)	(71.779)	(160.180)	(196.517)
Depreciação e amortização	(8.201)	(4.536)	(28.191)	(10.469)
Outros	(856)	6.808	(5.629)	(4.427)
	(125.632)	(123.757)	(392.538)	(364.989)

24. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

			Consolidado	(IAS e CPC 21)
	Períodos de três n	neses findos em	Períodos de nove n	neses findos em
•	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Pessoal e encargos sociais	(5.555)	(7.208)	(16.902)	(20.027)
Benefícios	(1.133)	(1.496)	(3.604)	(4.934)
Despesa com serviços contratados	(638)	(1.137)	(772)	(2.400)
Despesa com locações e arrendamentos	(917)	(985)	(2.639)	(2.976)
Reversão de provisão operacionais (*)	-	-	5.465	-
Despesa de depreciação e amortização	(2.646)	(2.058)	(7.792)	(4.024)
Reversão de provisões para contingências	3.127	1.893	10.953	3.330
Receita de AFRMM	12.545	(1)	38.552	2.366
Ganho líquido com cessão onerosa	-	8.683	-	8.683
Provisão para despesas administrativas	(8.878)	(2.153)	(9.361)	(7.602)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.062)	(1.052)	(3.017)	(1.572)
Ganho com alienação de bens e investimento	1.175	-	6.555	-
Outras receitas / (despesas)	(3.114)	(12.338)	(14.098)	(22.643)
	(7.096)	(17.852)	3.340	(51.799)
•			Combra	ladara (CDC 01)
	Períodos de três n	neses findos em	Períodos de nove n	ladora (CPC 21)
•	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Pessoal e encargos sociais	(5.555)	(6.842)	(15.823)	(19.661)
Benefícios	(1.133)	(1.480)	(3.551)	(4.918)
Despesas com serviços contratados	(517)	151	(540)	(509)
Despesa com locações e arrendamentos	(917)	(1.055)	(2.639)	(2.976)
Reversão de provisão operacionais (*)	-	-	5.465	-
Despesa de depreciação e amortização	(2.620)	(2.058)	(7.703)	(4.024)
Reversão de provisões para contingências	3.298	1.404	11.602	3.013
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas e				
coligadas	13.897	23.846	31.627	39.575
Receita de AFRMM	12.545	(1)	38.552	2.366
Ganho líquido com cessão onerosa	-	8.683	-	8.683
Provisão para despesas administrativas	(6.738)	(403)	(7.167)	(5.852)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(925)	(1.072)	(2.841)	(1.537)
Ganho com alienação de bens e investimento	1.175	-	6.555	-
Outras receitas / (despesas)	(4.008)	(13.971)	(13.604)	(20.484)
` ' /	8.502	7.202	39.933	(6.324)

^(*) Refere-se a gastos com devolução de embarcações, alienações e outros bens de terceiros

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

				(IAS 34 e CPC 21)
	Períodos de três meses f	indos em	Períodos de nove meses	findos em
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	788	1.076	2.655	2.705
Ganhos com operações de swap	504	3.278	7.315	3.278
Operações com derivativos de hedge bunker	1.238	278	3.776	1.038
Juros e comissões	814	(246)	1.733	792
Outras	198	(379)	456	175
	3.542	4.499	15.935	7.988
Variações monetárias e cambiais	(1.072)	1.178	2.034	1.312
	2.470	5.677	17.969	9.300
Despesas financeiras:				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(8.652)	(4.065)	(24.536)	(6.768)
Imposto sobre operações financeiras-IOF	(1.535)	(588)	(3.898)	(1.485)
Juros de contingências de riscos (trabahistas, cíveis e fiscais)	(1.626)	(242)	5.510	(1.386)
Operações com derivativos de hedge bunker	(1.137)	(1.142)	(2.645)	(1.441)
Encargos com operações de swap	(1.047)	-	(6.427)	-
Juros e comissões	(856)	(72)	(4.089)	(3.103)
Outras	(1.827)	(1.554)	(2.387)	(1.807)
	(11.154)	(7.519)	(38.472)	(15.990)
Variações monetárias e cambiais (*)	1.790	(36.748)	(43.810)	(36.844)
	(9.364)	(44.267)	(82.282)	(52.834)
Resultado financeiro líquido	(6.894)	(38.590)	(64.313)	(43.534)

			Cont	troladora (CPC 21)
	Períodos de três meses f	indos em	Períodos de nove meses	findos em
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	663	596	2.277	1.790
Ganhos com operações de swap	504	3.278	7.315	3.278
Operações com derivativos de hedge bunker	(1.238)	254	3.776	1.038
Juros e comissões	564	(115)	1.366	454
Outras	197	73	455	175
	3.166	4.316	15.189	6.735
Variações monetárias e cambiais	(1.581)	(8.249)	31	(7.141)
	1.585	(3.933)	15.220	(406)
Despesas financeiras:				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(8.260)	(3.735)	(23.192)	(6.768)
Juros com partes relacionadas	(72)	(2.101)	(704)	(2.101)
Imposto sobre operações financeiras-IOF	(1.376)	(588)	(3.474)	(1.459)
Juros de contingências de riscos (trabahistas, cíveis e fiscais)	(1.278)	(257)	5.908	(1.183)
Operações com derivativos de hedge bunker	(1.137)	(1.142)	(2.645)	(1.441)
Encargos com operações de swap	(1.047)	-	(6.427)	-
Juros e comissões	(761)	(225)	(3.804)	(2.497)
Outras	(52)	-	(134)	(255)
	(9.153)	(7.598)	(34.472)	(15.704)
Variações monetárias e cambiais (*)	(493)	(36.769)	(46.098)	(37.386)
	(9.646)	(44.367)	(80.570)	(53.090)
Resultado financeiro líquido	(8.061)	(48.300)	(65.350)	(53.496)

26. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL

A Companhia tem contratado as seguintes quotas de arrendamento mínimas correspondentes ao arrendamento de um navio, de acordo com o contrato atualmente em vigor:

Até um ano 1.728
Entre um e cinco anos Mais de cinco anos 1.728

Os gastos com o arrendamento foram de R\$ 14.153 nos primeiros nove meses de 2012 (R\$7.603 nos primeiros nove meses de 2011).

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A participação do acionista Eton Park Fund L.P. foi reduzida para 2,78%, passando a deter um total consolidado de 2.549.583 de ações ordinárias do capital da Companhia, a partir de novembro de 2012, em decorrência de operações realizadas através de bolsa de valores por conta de seus fundos de investimento.

VITAL JORO Diretor-Presid	
RÔMULO OTO Diret	
CLEBER CORDEIRO LUCAS	FÁBIO MEDRANO SICCHERINO
Diretor	Diretor
GUSTAVO QUARESMA FREITAS	JOAQUIM SANCHES NETO
Gerente de Controladoria e Finanças	Contador - CRC.RJ 035.481-1